

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-asmbleia

ANO LXXII

FLORIANÓPOLIS, 31 DE AGOSTO DE 2023

NÚMERO 8.405

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Maurício Eskudlark
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Paulinha
1ª SECRETÁRIA

Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Marcos da Rosa
3º SECRETÁRIO

Delegado Egídio
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Edilson Massocco

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO POR SANTA CATARINA UB/PSD/PTB

Líder: Napoleão Bernardes

Liderança dos Partidos

UB PSD
Jair Miotto Napoleão Bernardes
PTB
Delegado Egídio

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL DEMOCRÁTICO MDB/PSDB

Líder: Volnei Weber

Liderança dos Partidos

MDB PSDB
Fernando Krelling Marcos Vieira

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁCIA, INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE PT/PDT

Líder: Fabiano da Luz

Liderança dos Partidos

PT PDT
Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR PODEMOS/NOVO/REPUBLICANOS

Líder: Sergio Motta

Liderança dos Partidos

PODEMOS NOVO
Lucas Neves

REPUBLICANOS

PARTIDO PROGRESSISTA PP

Líder: Pepê Collaço

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE PSOL

Líder: Marquito

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Carlos Humberto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Camilo Martins - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Napoleão Bernardes
Sérgio Guimarães
Ana Campagnolo
Marcius Machado
Tiago Zilli

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Lima
Carlos Humberto
Sérgio Guimarães
Jair Miotto
Pepê Collaço
Sergio Motta

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Lunelli - Presidente
Sérgio Guimarães - Vice-Presidente
Camilo Martins
Fabiano da Luz
Massocco
Oscar Gutz
Altair Silva

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Ana Campagnolo - Presidente
Camilo Martins - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Julio Garcia
Ivan Naatz
Emerson Stein
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ivan Naatz - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente
Lucas Neves
Luciane Carminatti
Mario Motta
Sérgio Guimarães
Maurício Peixer
Lunelli

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Camilo Martins
Luciane Carminatti
Julio Garcia
Oscar Gutz
Nilso Berlanda

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Mario Motta
Carlos Humberto
Ana Campagnolo
Fabiano da Luz

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Lucas Neves - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Mario Motta
Jair Miotto
Ivan Naatz
Jessé Lopes
Lunelli

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Altair Silva - Presidente
Massocco - Vice-Presidente
Camilo Martins
Neodi Saretta
Napoleão Bernardes
Oscar Gutz
Volnei Weber

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Matheus Cadorin - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Nilso Berlanda
Carlos Humberto
Marcos Vieira
Pepê Collaço

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Marquito - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Lucas Neves
Julio Garcia
Carlos Humberto
Ivan Naatz
Lunelli

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Oscar Gutz - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Fabiano da Luz
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso
Marquito

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Sérgio Motta - Presidente
Mario Motta - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Oscar Gutz
Emerson Stein
Altair Silva

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Sérgio Guimarães - Presidente
Altair Silva - Vice-Presidente
Lucas Neves
Fabiano da Luz
Sargento Lima
Oscar Gutz
Emerson Stein

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Jessé Lopes - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Luciane Carminatti
Sargento Lima
Tiago Zilli
Pepê Collaço

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Mario Motta - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Ana Campagnolo
Ivan Naatz
Fernando Krelling
Marquito

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Mario Motta - Presidente
Tiago Zilli - Vice-Presidente
Sergio Motta
Luciane Carminatti
Marcius Machado
Oscar Gutz
Marquito

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Lucas Neves
Sérgio Guimarães
Maurício Peixer
Massocco
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Pepê Collaço - Presidente
Nilso Berlanda - Vice-Presidente
Sergio Motta
Neodi Saretta
Jair Miotto
Ana Campagnolo
Emerson Stein

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Lucas Neves - Presidente
Jair Miotto - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Marcius Machado
Maurício Peixer
Fernando Krelling
Marquito

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Tiago Zilli - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Ivan Naatz
Marquito

<p>Diretoria Legislativa Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006</p> <p>Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente: II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009) Fabiano Henrique da Silva Souza Diretor</p> <p>Coordenadoria de Publicação</p> <p>Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente: VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim; X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa.</p> <p>Edson José Firmino Coordenador</p> <p>Diário da Assembleia Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009</p> <p>Instituiu o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021, regulamenta a Resolução nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE</p> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider Avenida Mauro Ramos, 300 CEP 88020-300 – Florianópolis - SC</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXXI NESTA EDIÇÃO: 42 PÁGINAS</p> <p>Conforme o Ato da Presidência nº 001/2022, a certificação da publicação do diário é do Coordenador de Publicação da Alesc, sendo os seus conteúdos de responsabilidade dos setores conforme art. 10 do Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021.</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>CADERNO LEGISLATIVO 2</p> <p>ATAS.....2</p> <p>SESSÃO PLENÁRIA.....2</p> <p>COMISSÕES PERMANENTES...9</p> <p>ATOS DA PRESIDÊNCIA 21</p> <p>ATO DA PRESIDÊNCIA DL..... 21</p> <p>PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO..... 21</p> <p>OFÍCIO 21</p> <p>PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO.. 22</p> <p>REQUERIMENTO 23</p> <p>REDAÇÕES FINAIS..... 23</p> <p>REDAÇÕES FINAIS..... 23</p> <p>CADERNO ADMINISTRATIVO.. 27</p> <p>GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS..... 27</p> <p>ATOS DA MESA..... 27</p> <p>PORTARIAS..... 31</p> <p>EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS 41</p> <p>AVISO DE LICITAÇÃO..... 41</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CADERNO LEGISLATIVO

A T A S

SESSÃO PLENÁRIA

ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2023

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Camilo Martins - Delegado Egidio - Dr. Vicente Caropreso – Emerson Stein - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto – Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Lucas Neves - Luciane Carminatti – Lunelli - Marcius Machado - Marcos da Rosa – Mário Motta – Marquito – Massocco - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro de Nadal – Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Oscar Gutz - Padre Pedro Baldissera - Paulinha – Repórter Sérgio Guimarães - Rodrigo Minotto – Sargento Lima - Tiago Zilli – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Mauro de Nadal

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Rodrigo Minotto

Deputado Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO VOLNEI WEBER (Orador) – Convida os colegas Deputados para a comemoração dos 110 anos de emancipação política do Município de Orleans. Comenta sobre as várias atrações festivas que se realizarão do dia 26 até 30 do corrente mês, e todos serão muito bem acolhidos.

Presta homenagem ao jornalista Polidoro Júnior, com moção de aplauso, que será entregue na presente data, destacando os seus 44 anos de trabalho dedicados à imprensa e ao esporte catarinense, comentando sua participação em quatro Copas das Américas, em uma Olimpíada, nos Jogos Pan-Americanos, em Lima, e na Copa de Catar. Menciona que o homenageado é autor de vários livros, cinco na área esportiva, e um sobre o último jogo do Rei Pelé. Por isso, e outros motivos, o mesmo merece essa moção de reconhecimento. Deseja muito sucesso, vida plena, e que Deus continue a abençoar o amigo Polidoro. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) – Registra que tem recebido em seu gabinete muitos questionamentos sobre o desconto de 14% para o Iprev aos servidores que recebem acima do piso, sendo que a partir de 2021, no Governo de Carlos Moisés, os que recebiam abaixo do piso também passaram a contribuir com os 14%. Explica que se deve considerar que o Estado catarinense, na época, estava com um déficit de quase R\$10 bilhões, e por isso ocorreu o desconto de 14%. Acrescenta que nos dias atuais também se tem um déficit na previdência de R\$5,5 a R\$6 bilhões por ano, é o que a previdência deve, assim o Governo catarinense complementa o valor que falta.

Salienta que o Governador Jorginho Mello, juntamente com a sua equipe, está estudando alternativas para mitigar esse déficit, e vai apresentar propostas aos aposentados, como a criação de um fundo imobiliário, ou o uso dos *royalties* do petróleo, e apresentar a alternativa de alteração da diminuição de 2%, e/ou 4% com relação ao valor atualmente descontado dos servidores. Enfim, tudo são medidas e ações que talvez a médio prazo poderão trazer soluções para esse déficit da previdência, que está machucando muito os servidores que recebem menos que o piso salarial. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO EMERSON STEIN (Orador) – Discorre sobre a escolha do coordenador da Bancada do Vale do Itajaí, realizada na presença de vários Deputados, quando o seu nome foi votado para o cargo. Fala sentir-se honrado e satisfeito, pois muito terá que ser feito para atender as demandas dessa região. Cita que já haverá duas oportunidades com a presença da bancada, que são as audiências públicas, uma em Navegantes e a outra na Alesc no próximo dia cinco.

Refere-se ao encontro com a Secretária Carmen Zanotto, na presente data, parabenizando-a pelo trabalho que vem sendo realizado, e também conversou sobre os hospitais daquela região, os quais precisam de uma atenção da Secretária.

Menciona o compromisso dessa Secretaria Estadual da Saúde com as cirurgias eletivas que estão sendo realizadas com uma conduta firme. Apresenta um vídeo, mostrando a satisfação de uma criança que realizou uma cirurgia eletiva e se sente com uma vida nova. Ressalta que esse programa do Governo vale muito a pena, porque envolve a saúde das famílias que esperavam há anos por uma cirurgia e, hoje, estão felizes. Pede à Secretária para que continue abrindo muitos sorrisos nas pessoas. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) – Informa que na presente data, no final da tarde, haverá o lançamento da Frente Parlamentar das ODS, os objetivos da ONU, e que existe na Assembleia um projeto, que está na comissão de Finanças, que regulamenta esses objetivos.

Relata que observou no *ranking* dos municípios que atingem os objetivos da ONU, e são três catarinenses mais bem colocados: Florianópolis, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul. Assinala que são 17 objetivos que a ONU elenca como prioridades, e Santa Catarina têm como melhores índices, no tema, a igualdade de gênero, trabalho e crescimento econômico, dentre outros, em que o Estado atinge 100 pontos.

Menciona onde estão os piores resultados de Santa Catarina: água potável, percentual de famílias que não têm saneamento básico, infraestrutura, são dados referentes ao ano passado, também na agricultura sustentável houve queda e em outros quesitos. Entende que se tem alguns desafios e chama a atenção do Governo do Estado para haver uma ação conjunta da Casan, da Secretaria da Saúde e da Infraestrutura, sendo que no *ranking* do saneamento básico o Estado está entre os piores do Brasil. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO MARQUITO (Orador) – Discorre sobre o tema que será objeto de audiência pública na próxima sexta-feira, dia 25, a partir da Comissão de Turismo e Meio Ambiente para tratar sobre as escolas do mar que estão instaladas no litoral catarinense. Lembra que a função as escolas do mar cumprem com excelência o seu papel, de educar sobre a cultura ambiental e oceânica, como também trabalho, emprego e renda para as populações costeiras do Estado.

Diz que Santa Catarina possui 36 municípios banhados pelo mar e aproximadamente dois milhões de habitantes, sendo estes trabalhadores de forma direta ou indireta com o mar. Cita também que o Estado possui 49 ilhas, sendo um território importante com índices de crescimento econômico e ecossistemas diferenciados.

Fala que Florianópolis possui uma escola do mar, em Canasvieiras, e que sua infraestrutura esta muito precária, porém não deixa de atender moradores e visitas de escolas da rede pública.

Deixa o convite a todos os deputados que participem da audiência pública, como também a Secretaria de Estado da Educação, visando demonstrar a realidade de todas as escolas do mar e sua importância para os catarinenses. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADO MASSOCCO (Orador) – Exibe uma matéria da Revista Oeste, informando que o Presidente Lula, em seis meses, já gastou R\$7,3 milhões com hospedagens no exterior. Questiona o aumento de R\$18,00 no salário mínimo e pergunta onde estão os sindicatos para criticar o aumento. Também lê uma matéria, anunciando que o Governo Federal voltará a cobrar impostos sindicais. Tece críticas ao imposto sindical que o trabalhador terá que pagar. Pede aos brasileiros que tomem mais cuidado na hora de decidir seu voto, afirmando que Lula enganou muita gente durante a campanha. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: PL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) – Ao corroborar a fala do Deputado Massocco, que o antecedeu, solicita a todos os catarinenses que pesquisem os municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano no país, e verifiquem quem os administra, bem como quais os Estados deficitários e os partidos que administram os piores índices de segurança, economia, desemprego, fome, falta de saneamento básico, falta de saúde.

Também, faz comentários a respeito de algo que lhe chamou muito a atenção - o sumiço de todo tipo de sindicato, nas dependências da Assembleia Legislativa, nas últimas três e quatro semanas. Acredita que o pouquinho de dignidade que sobrou faz com que sintam vergonha diante de decisões que o Governo Federal tem tomado.

Deputado Massocco (Aparteante) – Corroborar a fala do Deputado.

Deputado Lunelli (Aparteante) – Discorre sobre o tema abordado pelo Deputado referente aos sindicatos, e menciona a questão da obscuridade das prestações de contas de qualquer sindicato. *[Taquiografia: Sílvia]*

Partido: MDB

DEPUTADO LUNELLI (Orador) – Ao elogiar o programa “Estrada Boa”, do Governador Jorginho Mello, faz o pedido especial ao Governo e à Secretaria da Infraestrutura e Mobilidade para incluir, no cronograma do citado programa, a pavimentação de 1.300 metros da Rua Rio de Janeiro, em parceria com a Prefeitura de Guaramirim. Comenta sobre a localização estratégica da referida rua, salientando a questão do desenvolvimento econômico para a região. E, portanto, pede a aprovação da indicação de sua autoria.

Faz homenagem aos Bombeiros Voluntários de Jaraguá do Sul, que comemoram 57 anos. Discorre sobre a instituição e os relevantes serviços que prestam à comunidade, como na educação e na vistoria de edifícios para garantir a segurança. Cita o lema dos Bombeiros Voluntários: “Servir a uma causa é uma honra”, mencionando que são trabalhadores, empresários, profissionais liberais, que dedicam parte do seu tempo para proteger e socorrer o próximo. *[Taquiografia: Sílvia]*

Partido: UNIÃO BRASIL

DEPUTADO REPÓRTER SÉRGIO GUIMARÃES (Orador) – Discorre sobre o projeto aprovado por unanimidade que coloca fim à validade de seis meses dos atestados de saúde de crianças com autismo. Acrescenta que com a mudança o atestado passa a ser vitalício, facilitando a vida dos pais de crianças com autismo, que antes precisavam buscar o atestado a cada seis meses.

Comenta que o Marco Temporal das terras indígenas está causando problemas em regiões da Palhoça. O Deputado conta que a Polícia Federal instalou placas proibindo o acesso de pessoas estranhas, porém está afetando os moradores da região. Acrescenta que o Marco Temporal continua em julgamento, sem definição, e afirma que seguirá defendendo os moradores e as famílias. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) – Repercute na tribuna o aumento de R\$18,00 no salário mínimo pelo Governo Lula. Informa que ao reajustar pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor se preserva o poder aquisitivo, podendo até aumentá-lo, caso haja crescimento da economia. Salieta que o valor pode parecer pouco, mas é um aumento real, diferentemente do que aconteceu no Governo Bolsonaro, quando não houve aumento algum, criticando ao dizer que foram quatro anos sem um mísero centavo de aumento real para a classe trabalhadora. *[Taquiografia: Milyane]*

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) – Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até o horário reservado à Ordem do Dia, às 16h.

Na sequência, concede a palavra ao excelentíssimo Prefeito do Município de Capão Alto, senhor Tito Pereira Freitas, para divulgar a 11ª Festa da Paçoca, no referido município.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia, e comunica que fará inversão de pauta.

Pedido de Informação n. 0366/2023, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, solicitando ao Secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil informações acerca das medidas adotadas para reparação de imóveis residenciais e destinados à produção rural.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0367/2023, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da existência de contratos ativos ou convênios para o funcionamento de telefones públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0368/2023, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade informações acerca das obras de conexão entre a Rodovia SC-415 e as Vias Municipais de Massaranduba.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0369/2023, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública informações acerca dos casos de feminicídio no Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 1373/2023, de autoria do Deputado Lunelli, manifestando apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Fazenda que envidem os esforços e estudos necessários para que seja procedida a alteração no vencimento do recolhimento do ICMS, para os produtores de plantas ornamentais, flores e gramas no âmbito estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 1385/2023, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, manifestando apelo ao Ministro da Educação, Excelentíssimo Ministro Camilo Santana, para que empreenda esforços na construção de uma Universidade Federal do Contestado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria com o voto contrário do Deputado Jessé Lopes.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0465/2019, de autoria do Deputado Volnei Weber, que dispõe sobre a inclusão, nos serviços públicos estaduais, de medidas de conscientização, prevenção e combate a conteúdos pornográficos voltados a crianças e adolescentes.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os Deputados: Volnei Weber, Jair Miotto, Massocco e Mário Motta.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0212/2020, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que proíbe a cobrança de débitos pendentes em nome de terceiros, nas unidades consumidoras, quando da troca de titularidade dos contratos de prestação de serviços de água e energia elétrica, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

Discuti a presente matéria o Deputado Ivan Naatz.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0287/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, que altera a Lei nº 12.854, de 2003, que "Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais", para proibir que animais apreendidos, pela autoridade competente, em razão de maus-tratos ou de zoofilia, sejam devolvidos aos seus tutores.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas substitutiva global e subemenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os Deputados: Marcius Machado e Massocco.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0326/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling, altera o art. 5º da Lei nº 17.291, de 2017, que dispõe sobre a realização de eventos desportivos no Estado de Santa Catarina, para ampliar a todos os organizadores de eventos desportivos realizados em via aberta a circulação, a apresentação do Certificado de Registro da Entidade Desportiva, outorgado pelo Conselho Estadual de Esporte, na forma da Lei nº 9.808, de 1994.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0272/2022, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark, que altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de denominar "Delegacia de Polícia Pedro Dias" a sede da Delegacia de Polícia da Comarca de Itapoá, no Município de Itapoá.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Deputado Ivan Naatz – Pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Ivan Naatz.

DEPUTADO IVAN NAATZ – Manifesta-se, com tristeza, a respeito da decisão do Supremo Tribunal de Justiça de deixar fora da lista tríplex o Desembargador João Henrique Blasi, para a vaga do referido tribunal. Diz que é lamentável tal decisão, pois o Desembargador é muito competente e qualificado. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0911/2023, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0912/2023 e 0916/2023, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 0913/2023, de autoria do Deputado Altair Silva; 0914/2023 e 0915/2023, de autoria do Deputado Sargento Lima; 0917/2023, de autoria do Deputado Napoleão Bernardes; 0918/2023, de autoria do Deputado Lunelli; 0919/2023 e 0920/2023, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0921/2023, de autoria do Deputado Carlos Humberto; 0922/2023, de autoria do Deputado Marcos da Rosa; e 0923/2023, de autoria do Deputado Volnei Weber.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Cinthia]*

Deputado Marcius Machado - Pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Marcius Machado.

DEPUTADO MARCIUS MACHADO - Tece comentários a respeito da chuva de granizo que ocorreu na Serra catarinense, e que deixou em estado de calamidade algumas cidades, como Otacílio Costa. Reconhece o estado de calamidade da região e pede que o Estado possa contribuir.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Diz que entende o pleito do Deputado. Lembra que há poucos dias foi encaminhado, economia da Casa Legislativa, que é fruto do trabalho dos Deputados e mais assessoria dos servidores, montante na ordem de cinco milhões de reais à Defesa Civil para os problemas que deram com as enchentes. Acredita que parte desses recursos possa ser utilizada na Região Serrana. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Solicita a atenção da Assembleia Legislativa, do Governo do Estado e do Tribunal de Justiça para a remuneração do defensor dativo - advogado que atua em defesa das pessoas carentes. Informa que para propor uma ação de procedimento ordinário o advogado recebe de R\$530 a R\$1.072; para fazer registros públicos ou regularizar imóveis, R\$530 a R\$1 mil; mandado de segurança, R\$440. Alega isso ser inaceitável para quem vive da advocacia. Ressalta que é preciso atualizar essa tabela, lamentando que o Executivo tenha uma dívida de R\$17 milhões para com os advogados dativos. Defende a criação de um fundo especial para que o juiz possa determinar o repasse dos recursos devidos ao advogado imediatamente, como acontece na Justiça Federal. Por fim, enfatiza que o profissional presta serviço gratuitamente, é mal remunerado, e o Estado demora para pagar ou até não paga. *[Taquígrafa: Rubia]*

DEPUTADO DELEGADO EGÍDIO (Orador) – Inicia seu pronunciamento, informando que houve um crescimento de 10% no número de feminicídios em Santa Catarina no primeiro semestre de 2023. Enaltece as forças de segurança do Estado que realizaram a *Operação Chamar*, buscando combater a violência doméstica e familiar, como parte de uma estratégia para reduzir esses tipos de ocorrências.

Tece críticas ao Ministro da Justiça, Flávio Dino, que associou o crescimento dos feminicídios ao aumento de circulação de armas de fogo. Contudo, ao realizar uma pesquisa, observou que 85% dos casos de feminicídios ocorridos no Estado, nos últimos cinco anos, foram praticados sem o uso de arma de fogo. Destaca ainda que, nos 30 casos registrados neste primeiro semestre, apenas quatro utilizaram arma de fogo.

Indaga se, ao invés de apontar o uso das armas de fogo como a culpa pelo aumento do número de feminicídios, não seria melhor discutir a real raiz do problema, e questiona por que os homens continuam agindo sem temer punição. O fato de muitas vítimas serem dependentes financeiramente dos agressores colabora para que casos de violência não sejam registrados. E reforça que esta deveria ser a preocupação do Governo, encontrar uma forma de ajudar estas mulheres.

Afirma que melhorar as leis que punem os agressores também deveria ser o foco do ministro, uma vez que as leis existentes não são eficazes ou, quando são aplicadas, o Poder Judiciário tende a interpretá-las a favor do criminoso. Condena a forma como o ministro tem se colocado nesta questão, agindo com politicagem e partidariamente, deixando a resolução de um grave problema em segundo plano.

Reitera seu posicionamento a favor da posse de arma para o cidadão de bem, pois, como delegado, já presenciou diversos casos de assaltos em que um cidadão pôde defender sua família e seu lar, uma vez que possuía treinamento e arma de fogo, devidamente registrada.

Por fim, informa que protocolou um projeto de lei que busca fomentar o aproveitamento das armas de fogo e munições que são apreendidas para reforçar o arsenal das polícias.

Deputado Lunelli (Aparteante) – Apoia e parabeniza o Deputado por sua colocação, manifestando que também é a favor do armamento para a população de bem, respeitando os critérios estabelecidos para sua posse.

Deputado Fernando Krelling (Aparteante) – Cumprimenta o deputado por seu pronunciamento, parabenizando o colega que sempre se posiciona coerentemente, com equilíbrio e sem radicalismo. Reforçando que, por ser conhecedor dos temas e participe da Segurança Pública do Estado, suas falas são sempre com propriedade e tem o seu apoio.

Deputado Emerson Stein (Aparteante) - Parabeniza o deputado por sua explanação e manifesta apoio ao projeto de lei, ressaltando que as guardas municipais deveriam ser incluídas nestes casos, assim como os veículos que são apreendidos e também deveriam ser repassados para uso do Estado. *[Taquígrafia: Milyane]*

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]

COMISSÕES PERMANENTES**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO, ÀS 8H30MIN, NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE, 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) — Bom dia a todos os senhores e a todas as senhoras presentes, senhores Deputados, senhoras Deputadas que nos acompanham na abertura dos trabalhos da Comissão de Agricultura na manhã de hoje, oportunidade em que vamos tratar de um assunto extremamente relevante e que foi aprovado através do Requerimento nº 0861/2023, de autoria deste Deputado, que é sobre os trabalhos realizados pelo Centro de Apoio Operacional de Combate aos Crimes Contra o Agronegócio (Caoagro).

Para tanto, convido para compor a mesa as seguintes autoridades: o senhor Fernando Callfass, diretor de Polícia da Fronteira da Polícia Civil de Santa Catarina; o senhor Ulisses Gabriel, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, que também foi nosso colega ex-Deputado Estadual; o senhor Enori Barbieri, médico veterinário e vice-presidente da Faesc, neste ato representando o senhor José Zeferino Pedroso, presidente da Faesc e ex-Deputado Estadual; o senhor Marcos Pacheco, diretor da Cidasc, neste ato representando a presidente Celles Regina de Mattos; o senhor Marcos Vinícius de Oliveira Neves, médico veterinário, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina (CRMV/SC); o senhor Ody Hess Gonçalves, médico veterinário, coordenador estadual de Vigilância para Febre Aftosa em Santa Catarina; o senhor Celso Lopes de Albuquerque Júnior, engenheiro agrônomo, neste ato representando o Crea; e o senhor Fúlvio Brasil Rosar Neto, superintendente do Ministério da Agricultura, (Mapa) em Santa Catarina. Sejam muito bem-vindos.

Eu quero saudar todos os Deputados que estão on-line acompanhando também esta reunião, participando diretamente. Nós estamos com a visita do Ministro dos Transportes aqui em Santa Catarina e muitos dos colegas Deputados estão participando de forma híbrida em função da agenda que temos hoje em Florianópolis, que está bastante concorrida.

Eu quero inicialmente dar as boas-vindas a todos os membros da mesa, saudar todos que nos acompanham e que nos assistem pela TVAL.

E, de pronto, vamos à matéria objeto do requerimento, passando a palavra ao doutor Fernando Callfass, que é diretor de Polícia da Fronteira da Polícia Civil, nosso colega lá do oeste, de Xanxerê, de Chapecó, que vem aqui para falar exatamente desse tema, e depois da sua fala eu passo a palavra também para o doutor Ulisses e para os demais membros da mesa para que possam fazer as suas considerações sobre esse importante tema que é a segurança do agro em Santa Catarina.

Passo a palavra para o senhor diretor de Polícia da Fronteira da Polícia Civil de Santa Catarina, Fernando Callfass.

O SR. DELEGADO FERNANDO CALLFASS — Obrigado, Presidente Altair Silva.

O meu bom-dia a todos e a todas. Quero saudar o nosso Delegado-Geral da Polícia Civil, doutor Ulisses Gabriel, que nos honra muito com a sua presença nesta manhã.

Vamos otimizar o tempo, Deputado Altair. Eu vou passar de imediato a uma breve e objetiva explanação de como o Caoagro da Polícia Civil foi criado, por que ele foi criado, em que circunstâncias ele foi criado e o que ele já produziu e vem produzindo em prol do agronegócio catarinense.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Rapidamente um breve histórico da Polícia Civil. Agora no mês de julho completamos 211 anos de atividade em Santa Catarina, estamos presentes nos 295 Municípios, somos reconhecidos através do nosso Delegado-Geral pela excelência nas nossas investigações, embora com um efetivo aquém do desejado, mas muito eficiente, muito produtivo na sua missão que é investigar os crimes que acontecem. O mapa de Santa Catarina: as nossas quatro Diretorias Operacionais, a Difron na região oeste, a DPOI no interior, a DPOL, Diretoria do Litoral, e a DPGF, a nossa Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis.

Deputado Altair e Deputado Massocco, por que priorizar os crimes contra o agronegócio? *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: Eduardo Delvalhas dos Santos]*

Nós elencamos quatro eixos na confecção desse projeto lá em 2021, colocando a importância do setor do agronegócio em Santa Catarina, responsável por mais de 60% das exportações e com 31% do Produto Interno Bruto (PIB). Nós somos o maior produtor nacional de suínos, maçãs, cebola, pescados, ostras e mexilhões; somos o segundo maior

produtor de aves, pera, palmito, tabaco e arroz; somos o terceiro maior produtor nacional de madeira, pêssego e alho; e somos o quarto maior produtor nacional de leite, uva e tilápia. Esses dados comprovam, sem dúvida, que o agronegócio, a economia do agro, se não é o setor mais importante, é um dos mais importantes da economia catarinense.

Ponto dois: necessidade de centralizar os esforços de inteligência e investigação no que diz respeito aos crimes contra o agronegócio. Muitas vezes, o que acontece no Município, em Concórdia, em Chapecó, é que os próprios policiais não conseguem visualizar na mesma hora, Deputado Altair: ah, hoje foram furtadas duas cabeças de gado em São Miguel do Oeste, no dia seguinte duas em Chapecó, no outro dia três em Concórdia. Essa comunicação e essa visualização, em 2021, era ainda mais precária. Nós não tínhamos uma maneira rápida e eficiente de centralizar esses Boletins de Ocorrência. Então o segundo ponto foi justamente centralizar os Boletins de Ocorrência, o recebimento e a análise deles.

Terceiro ponto: manutenção do status sanitário, animal e vegetal, que os amigos da Cidasc e do Mapa... A maior riqueza, Deputado Altair e Deputado Massocco, que eu elenco, a maior riqueza do agronegócio catarinense, sem sombra de dúvida, é o status sanitário, sobretudo do nosso rebanho bovino livre de febre aftosa sem vacinação há mais de dezesseis anos. Quando foi confeccionado esse projeto, essa resolução, foram dados à Polícia Civil e ao Caoagro instrumentos para poder trabalhar de mãos dadas com a Cidasc na fiscalização dos médicos veterinários, dos técnicos, junto com o Mapa do governo federal, em relação às ações que muitas vezes não ocorriam por falta de suporte naquelas atividades do dia a dia, isso na questão da sanidade animal.

Na questão da sanidade vegetal, um ponto importante é o contrabando de sementes, o contrabando de defensivos agrícolas, a adulteração de inúmeros itens do agronegócio que também são importantes e precisam de proteção.

E, por último, a Carta de Sinop. O que é essa Carta de Sinop? O governo federal, no mês de dezembro de 2021, fez um evento no Município de Sinop, no Mato Grosso, onde foram convidados a participar todas as Polícias Cíveis e as Polícias Militares do Brasil, sendo que cada uma das instituições deveria apresentar o que estava fazendo pelo agronegócio e o que estava fazendo pelo homem do campo. Santa Catarina, naquela oportunidade, foi como ouvinte, nós estivemos lá em Sinop ouvindo os cases de sucesso, as melhores práticas em relação a esse tipo de investigação.

Após o evento elaboramos esse mapa, o mapa do Brasil, no qual apenas oito Estados da Federação e a Polícia Civil possuíam algum setor especializado dentro da instituição focado nos crimes contra o agro, nos crimes rurais. O mapa estava em branco. Voltamos de Sinop e fomos conversar com as principais entidades do agronegócio de Santa Catarina, na época o Deputado Altair Silva, se me recordo, era o Secretário de Estado da Agricultura e, junto com o falecido presidente da Cidasc, o Plínio de Castro, e a doutora Luciane Surdi, do Icasa, estiveram em Chapecó quando nós iniciamos um grande debate: de que forma essa resolução, que iria criar um órgão dentro da Polícia Civil, deveria ser feita?

Na sequência procuramos as principais entidades do agronegócio. O Enori Barbieri, representando a Faesc, junto com o presidente José Zeferino Pedrozo, já eram defensores há muitos anos de que o governo do Estado criasse por decreto um setor para que a Polícia Civil tivesse um trabalho mais incisivo no que diz respeito a esse tipo de delito. Essa resolução que criou esse setor dentro da Polícia Civil foi construída a quatro mãos, ou seja, todas as entidades de alguma forma contribuíram com o texto.

No mês de dezembro de 2021 foi estartado um processo eletrônico, o SGPE 122584, através do qual foi solicitado ao governo do Estado a criação do Caoagro, da Deleagro Virtual e a criação Nintagro – na época o Governador Moisés autorizou que a Polícia Civil ativasse esses órgãos dentro da sua estrutura e assim foi feito. No dia 2 de fevereiro de 2022, na Itaipu Rural Show, foi assinada a Resolução nº 06/2022 que ativava esses setores, e assim colocamos Santa Catarina no mapa do Brasil com o Caoagro.

Em síntese, o que faz o Caoagro? Centraliza as informações. Com a publicação da resolução, o sistema do Boletim de Ocorrência Integrado da Polícia Civil e da Polícia Militar passou a contar com um campo chamado “crimes contra o agronegócio”. Então o produtor rural que vai fazer um Boletim de Ocorrência em qualquer uma das Delegacias da Polícia Civil, quando faz esse Boletim de Ocorrência, independente do Município, pode ser em Chapecó, pode ser em Criciúma, pode ser em Orleans, pode ser em Florianópolis, esse boletim, automaticamente e na mesma hora, já vai ser direcionado ao Caoagro.

Hoje nós acompanhamos, literalmente em tempo real, todas as ocorrências contra o agronegócio que acontecem em Santa Catarina. Nós passamos a monitorar esse tipo de delito.

Então, com essas informações privilegiadas, nós conseguimos realizar operações policiais, fazer o mapeamento das ocorrências, a investigação fica mais especializada, o monitoramento de organizações criminosas, a difusão de

informações, campanhas, parcerias e convênios e aqui, como eu já falei, o auxílio às forças sanitárias, Cidasc, Icasa e Mapa.
[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]

No ponto parcerias e convênios, eu trago a informação de que a primeira parceria firmada foi com a Cidasc. A Cidasc é um órgão importantíssimo na defesa da sanidade animal e vegetal e ela possui, hoje, um cadastro riquíssimo de informações, dentre as quais, Deputado Altair e Deputado Massocco, o georreferenciamento dos 240 mil produtores rurais que hoje possuem bloco de produtor. Nós temos – se falhar me corrijam – 180 mil propriedades rurais, muitas vezes a mesma família tem mais de um produtor rural, um bloco, né, então o que consta aqui são os blocos de produtores rurais, 240 mil produtores rurais georreferenciados.

Se nós precisarmos chegar numa propriedade hoje, simplesmente se digita o nome do produtor rural e com as coordenadas se chega, pelos Google Maps da vida, em poucos segundos, na propriedade, que muitas vezes tem um trator escondido, tem uma colheitadeira que foi furtada, animais que são receptados, enfim, são informações riquíssimas que estão auxiliando o Caoagro a repassar para as Delegacias, que precisam desse tipo de informação, os georreferenciamentos que a Cidasc, ao longo de seu trabalho de combate à febre aftosa, tinha e tem num plano estratégico, pois caso um foco de febre aftosa acontecer, eles têm o primeiro passo, que é num raio de três quilômetros fazer a contenção da doença.

Aqui, senhores, eu trago uma novidade. O Delegado-Geral, aqui presente, foi o autor da Resolução 07, de 28 de abril de 2023, que criou os pontos focais. O que são os pontos focais?

O Caoagro, fisicamente, está instalado em Chapecó, e quando foi para cria-lo, nós sensibilizamos o Governador de que era importante que um órgão estadual voltado aos produtores rurais não ficasse na Capital, ficasse em algum Município da região oeste, um Município das agroindústrias, então foi escolhido Chapecó, além disso teve a criação dos pontos focais em 31 regiões, que são braços do Caoagro. A Polícia Civil tem 31 Delegacias Regionais, mais o Município de Florianópolis.

Então, desde o mês de abril o doutor Ulisses atualizou a resolução de combate aos crimes rurais e nós temos hoje, Deputado Altair, um policial em cada Delegacia Regional responsável para trabalhar junto com o Caoagro na apuração desses delitos. Especializamos ainda mais a prioridade desse tipo de investigação e esse projeto aqui, sem dúvida, eu acredito que vai alavancar ainda mais esse tipo de investigação.

Rapidamente trago algo importante, pouco difundido ainda, que é o ID Agro, em que as máquinas agrícolas que transitam em rodovias, desde o dia 30 de setembro do ano passado têm a obrigatoriedade de fazerem esse registro. É um registro gratuito, não tem taxa de licenciamento, não tem emplacamento, mas para o produtor, se porventura for vítima de furto de um trator, de um pulverizador ou de uma colheitadeira, na hora que ele for fazer o Boletim de Ocorrência, entre ele ter esse registro e não ter, há uma grande diferença, na hora que a Polícia encontrar esse bem vai ficar muito mais fácil de restituir ao seu proprietário, pois muitas vezes a ceifa ou o trator não têm placa, nenhum tipo de identificação a não ser o número de série. Então é algo que nós estamos alertando para que os produtores façam esse registro, que é importante para a Polícia Civil nas investigações.

A Deleagro, quem acessar hoje o site da Polícia Civil vai encontrar logo na capa do site Delegacia do Agronegócio. Clica, faz o Boletim de Ocorrência, que tem a mesma validade do Boletim de Ocorrência feito na Delegacia, então foi outro instrumento que a resolução do Caoagro trouxe.

Um dos anseios também era criar um canal direto de comunicação. Embora esteja melhorando agora a Internet no campo, Deputado Altair, é uma grande luta para levar uma Internet ao campo e de qualidade, porque se não for de qualidade o agricultor terá dificuldades, Deputado Massocco, de fazer o B.O. lá do campo. Então criamos esse canal de WhatsApp, que hoje é uma ferramenta que quase todos possuem. Então foi criado esse canal, disque-denúncia, recebimento de fotos, vídeos e documentos, e o pessoal que lá trabalha faz a depuração dessas informações que são recebidas.

Aqui a nossa sede lá em Chapecó. (Mostra algumas fotografias.)

Quais ações o Caoagro já fez nesse primeiro ano? Vou trazer alguns exemplos. Chegou Boletim de Ocorrência; recuperamos uma carga de feno em Xanxerê; recuperamos 22 cabeças de gado que foram furtadas em Abelardo Luz – o produtor nos procurou lá em Chapecó e fizemos a mediação junto com a Delegacia, foi recuperada boa parte desses animais; recuperamos insumos, e os senhores vão ver daqui a instantes que crime contra o agro não é só o furto de gado, furto de gado é o que mais acontece, mas aqui é um tipo de crime contra o agro na forma de uma fraude, criminosos comprando

insumos em nome de produtor e o produtor nem sabia que estavam utilizando o cadastro dele. Então fomos acionados e recuperamos parte dessa carga.

Falava da parceria com a Cidasc. Operações de barreiras sanitárias lá em Nova Erechim, Águas Frias, o pessoal do Caoagro, junto com o pessoal da Cidasc, abordando e vistoriando caminhões e produtos. Aqui uma ação desenvolvida com a nossa DEIC junto com o Caoagro de uma demanda recebida, Deputado Altair, o senhor vai lembrar bem, estavam utilizando no ano passado o nome, se me permite, Deputado Altair, o seu nome enquanto Secretário da Agricultura, utilizaram o nome do Rota, enquanto chefe de gabinete, criminosos do Rio Grande do Sul estavam ligando para produtores rurais da região oeste falando: o Secretário Altair me passou o seu telefone, não sei o quê, somos de uma empresa de perfuração de poços artesianos, assim, assim, assado. E no final pediu um adiantamento de R\$5 mil, R\$10 mil. Infelizmente muitos produtores rurais foram vítimas, crime contra o agro, e juntamente com a DEIC foi descoberto que esse criminoso era de São Leopoldo, e lá foi feita a sua prisão.

Em Ipuçu, num trabalho junto com a Cidasc, foi fechado um abatedouro clandestino que estava operando. Aqui cumprimento o meu amigo doutor Ody Gonçalves, médico veterinário, que no ano passado coordenou a Operação “Boi nos Aires”, e eu diria, senhores, que um grande problema que Santa Catarina tem hoje é o contrabando de gado da Argentina. Infelizmente está entrando, sempre entrou e nós estamos tentando enfrentar isso, que é o contrabando de gado. [Transcrição: Vera Regina Zacca / Revisão: Siomara G. Videira]

E qual é o problema para o Caoagro, para a Cidasc? O status sanitário. Santa Catarina, como já falamos, é livre de febre aftosa sem vacinação e a Argentina é livre de febre aftosa, mas com vacinação, e isso faz uma diferença brutal. Então a Cidasc fez um levantamento, essa operação durou quatro dias e contou com trinta médicos veterinários e trinta policiais. No resumo de tudo, quase trinta cabeças [de gado] contrabandeadas foram encontradas em propriedades e foi feito o devido abate sanitário. Então foi uma operação da Cidasc que nós ajudamos.

Aqui em Lages, os senhores logo vão ver, o crime de furto de gado lidera as ocorrências. E quem furta gado, furta com qual fim? O principal deles é colocar em circulação essa carne imprópria ao consumo. E lá em Lages nós deflagramos uma operação, junto com a Polícia Civil de lá e a Vigilância Sanitária, e foram apreendidos diversos quilos sem procedência.

Em Abelardo Luz encontramos problemas na brincagem dos animais, já em Xanxerê o problema foi com o descarte irregular de embalagens, enfim, essas são algumas operações que nós realizamos.

Nós conseguimos, doutor Ulisses – e aqui começam a aparecer os resultados do Caoagro – apresentar hoje um mapa da criminalidade contra o agro do primeiro ano de atuação. Nós recebemos, Deputado Massocco, 826 Boletins de Ocorrência praticamente de todo o Estado de Santa Catarina. O mapa de calor aqui (aponta para a imagem) comprova que na região oeste, infelizmente para nós, que somos de lá, há uma ocorrência maior desse tipo de delito, e também na região do planalto serrano e no sul do Estado há muito crime contra o agro. Então, uma das apresentações é esta, do primeiro ano de atuação.

Aqui (aponta para a imagem) realizamos um Power BI do ano de 2023, de 1º de janeiro de 2023 até antes de ontem, e foram recebidas 453 ocorrências, de todas as Delegacias Regionais, doutor Ulisses, as 31 tiveram ocorrências de crime contra o agro, e dos 295 Municípios, 156, Deputado Altair, tiveram ocorrências de crime contra o agro.

Vamos à lista dos crimes. Este ano, 36% das ocorrências dizem respeito ao furto de gado; em segundo lugar está o dano ao patrimônio; em terceiro furto de máquinas; outros furtos; abandono de animais em propriedades alheias; maus tratos; crime ambiental; estelionato; furto de aves; furto de material elétrico; furto de suíno; furto de grãos; furto de ovinos. Enfim, há uma diversidade grande de crimes que acontecem no interior.

As Delegacias Regionais, este ano, que mais tiveram crimes: Xanxerê vem em primeiro lugar, Lages em segundo, depois Chapecó, Maravilha, Concórdia, São Miguel do Oeste, Araranguá e assim por diante. Então, hoje, nós temos números reais do que está acontecendo.

Nós tivemos 203 Boletins de Ocorrência de furto de animais, quase 700 animais foram furtados em 2023 e, desses animais, 55% são bovinos, 30% aves, 9% suínos, 2,3% ovinos e 1,58% de equinos.

Esse é o mapa de calor atualizado (aponta para a imagem), de 2023, das ocorrências contra o agronegócio. Esse é um mapa de 2023 feito ontem, mostrando onde esses crimes estão acontecendo. E tudo isso é possível, como eu falei, em função do recebimento desses Boletins de Ocorrência e pela análise e depuração desses fatos.

Encerramos com os dados do Caoagro, nosso telefone e e-mail.

Aproveito para agradecer esta oportunidade ímpar de estar aqui apresentando, junto com o Delegado-Geral, essa ferramenta que a Polícia Civil criou há um ano e que recentemente recebeu uma nova roupagem com o Delegado Ulisses Gabriel.

Estou à disposição de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Eu quero agradecer o doutor Fernando, porque é tão bonito quando nós vemos uma pessoa cumprindo a sua missão e com entusiasmo. E nós vemos o seu entusiasmo, a sua dedicação, você realmente abraçou esse desafio. E agora tem o doutor Ulisses, que é um Delegado experiente e um amigo nosso, à frente desse trabalho no Estado, na Polícia Civil de Santa Catarina, que nos orgulha muito por estar à frente do seu tempo, entre muitas Polícias.

Recentemente o senhor esteve adquirindo mais experiência em Israel e eu gostaria, em nome de todos os colaboradores da Polícia Civil, que o senhor também fizesse uso da palavra neste momento e já explanasse, de forma geral, os trabalhos da Polícia Civil no Estado.

Passo a palavra para o Delegado-Geral da Polícia Civil de Santa Catarina, Ulisses Gabriel.

O SR. ULISSES GABRIEL – Senhoras e senhores, bom dia. É um prazer estar aqui, Deputado Altair Silva, Presidente da Comissão de Agricultura, para debater temas relevantes, em especial a segurança pública.

Agradeço ao Deputado Massocco, sentei-me aqui no lugar dele e pedi para ele sentar aqui e ele disse que não. São dois Deputados parceiros do Estado de Santa Catarina, da Polícia Civil e também do nosso Governador Jorginho, que tem se empenhado, Deputado Altair, para atender de forma qualificada o cidadão catarinense.

Gostaria de cumprimentar também o doutor Fernando Callfass, nosso diretor de Fronteira e coordenador do Caoagro; cumprimento as representações da Faesc, do Conselho Regional dos Médicos Veterinários e o superintendente do Mapa, Fúlvio Rosar Neto, filho de um Delegado de Polícia que, com muito orgulho, serviu a Polícia Civil de Santa Catarina e foi Delegado Regional de Videira, o Delegado Flares, que hoje está em outro plano, mas foi uma grande representação para a Polícia Civil de Santa Catarina e eu tenho muito orgulho de estar aqui na tua presença hoje; e cumprimento também a representação da Cidasc e do Crea. *[Transcrição: Marivânia Pizzi / Revisão: Clovis Pires da Silva]*

Quero dizer que a Cidasc, em todas as operações que eu realizei enquanto Delegado de Polícia Civil ao longo da minha carreira, foi uma grande parceira, e é importante essa interlocução com os órgãos. A minha carreira foi majoritariamente na região sul de Santa Catarina, em que a Cidasc tem uma representação importante, até porque também é uma região de forte atuação na questão agropecuária.

Gostaria de cumprimentar o nosso diretor de Inteligência que está aqui presente, doutor Gustavo Madeira da Silveira; o nosso chefe de gabinete, Marcelo Sampaio Nogueira, e dizer que a Polícia Civil tem procurado atuar de forma intensa nesses primeiros seis meses. Nós ampliamos a atuação do Caoagro em Santa Catarina por conta da representatividade do PIB da agricultura e da pecuária no Estado de Santa Catarina, que está espalhada por todo o Estado. É claro que existem algumas regiões que contam com um maior movimento no que diz respeito à questão de agricultura e da pecuária, sul, região serrana, oeste, extremo-oeste, mas é claro que a representatividade estará em todos os Municípios, porque onde houver um agricultor ou um pecuarista, por menor que seja a sua propriedade, a Polícia Civil estará lá para auxiliar esse indivíduo, que faz com que Santa Catarina seja uma referência não só nacional, mas mundial na questão de agricultura e pecuária.

A Polícia Civil de Santa Catarina, então, ampliou a atribuição do Caoagro para que nós pudéssemos, através da Polícia Civil, fazer uma interlocução entre as entidades que atuam nessa área e também a Polícia Civil. Isso para que possamos lá na Delegacia específica ter essa relação entre o produtor, a Polícia Civil e os órgãos representativos que atuam nessa área. E nada mais importante do que ter uma pessoa que goste da área e que possa se dedicar a essa interlocução, porque daí as coisas são muito mais facilitadas; a pessoa gosta daquilo que faz, que é o relacionamento com a agricultura e a pecuária, e consegue fazer

com que, muitas vezes, aquele agricultor que tem uma dificuldade de procurar uma unidade policial se sinta mais à vontade, porque tem um ponto focal lá que fará com que ele tenha ciência de que vai ser bem atendido naquela região por um policial que vai se dedicar às suas causas, que é o combate aos crimes contra o agronegócio.

Então, essa foi uma ação muito discutida com o Governador Jorginho, que tem essa preocupação. Mas nós estamos indo além, porque além de fomentar o Caoagro, nós estamos fomentando algo importante que é a Coordenadoria das Delegacias de Polícia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso, porque nós temos uma preocupação muito grande, em especial o Governador Jorginho, com a violência contra a mulher e contra a criança, e também estamos instituindo agora, Deputado Massocco, uma coordenadoria para os nossos Núcleos de Inteligência. A Inteligência policial se antecipa à prática de crimes, então temos informações antes que o crime aconteça para que nós possamos atuar. Só que não tínhamos uma coordenação estadual para fazer com que uma unidade se ligasse a outra. Então, o que precisamos fazer para que Chapecó, no seu Núcleo de Inteligência, se relacione com Concórdia, com Criciúma, porque muitas vezes o crime pode estar conectado em todo o Estado? Então não existia uma coordenadoria específica para concentrar essas informações. E vamos também criar uma coordenadoria agora para as Divisões de Investigação Criminal. Cada Delegacia Regional tem uma divisão específica que combate o crime, em especial o crime organizado, e também não é sem interlocução.

Portanto, nós estamos conectando todas essas Delegacias e fazendo com que o Estado de Santa Catarina possa cada vez mais qualificar o combate ao crime. Muitas vezes há uma conexão entre criminosos que praticam estelionato contra um produtor rural, e os crimes cibernéticos têm aumentado muito, com um indivíduo que acaba tendo um abatedouro clandestino, ou que seja um receptor, ou que seja um autor de furto de gado, que muitas vezes – e tem sido mais claro isso, Enori – lava dinheiro atuando em outras áreas específicas. Então ele pratica um crime organizado, mas ele lava dinheiro com produção de gado.

Então, estamos buscando integrar tudo isso, Deputado Altair, para combater de forma mais forte o crime e não pegar só o criminoso e prender, mas tirar dele o patrimônio que criou no crime.

Deputado Massocco, desde o início do governo o Governador Jorginho pediu que nós implementássemos cada vez mais gestão dentro da Polícia Civil de Santa Catarina criando metas para a Polícia Civil, analisando dados, melhorando a gestão, motivando o policial civil, investindo em tecnologias e qualificando o policial civil. Com isso, Deputado Altair, nós aumentamos em quase 40% a qualificação dos policiais civis para atuarem em diversas áreas, dentre as quais a área do Caoagro, nos crimes praticados contra pecuaristas e agricultores, e também, por consequência, aumentamos a produtividade da Polícia Civil.

Para se ter uma ideia, até ontem, segunda-feira, nós tivemos um aumento em Santa Catarina, comparando com o mesmo período do ano passado, de 41,35% o número de prisões. Então se a Polícia Civil de Santa Catarina prendeu cem pessoas no ano passado, este ano ela prendeu 141 indivíduos, por conta da gestão e da motivação que o Governador Jorginho tem dado para cada policial civil. Quando ele visita uma região ele conversa com todos os policiais civis, que se sentem prestigiados. O Deputado sabe que quando chega numa cidade e conversa com as pessoas, a pessoa se sente prestigiada. E quando um policial tem a possibilidade de conversar com o Governador do Estado e o Governador perguntar como ele está, o que ele precisa para melhorar o seu trabalho, o policial se sente muito motivado. Eu tenho sentido muito isso, Deputado Altair, a presença do Governador nas nossas bases, preocupado com o policial civil, faz com que ele se sinta valorizado; por conta de um Governador que não fica distante e barrado por determinadas situações, o servidor se sente muito motivado e trabalha muito mais.

Eu só tenho a agradecer a cada policial civil de Santa Catarina, porque aumentou também em 45% o número de buscas e apreensões. Então estamos 45% mais na casa do criminoso, e se estamos na casa do criminoso 45% mais, há uma tendência de diminuição da criminalidade.

Eu sempre faço uma comparação, Deputado Altair e Enori, com o cabeça de área, porque se ele fica marcando em cima do atacante toda hora, a tendência é o atacante não fazer gol, não é, Massocco? Então a Polícia Civil tem feito isso. E para termos ideia, diminuimos o latrocínio em Santa Catarina em 66%, que para mim é o crime mais grave, porque o cidadão mata alguém para roubar, mas nós conseguimos diminuir isso em 66%. Nós conseguimos estabilizar os crimes de feminicídio, que do

final do ano passado para o começo deste ano tiveram um aumento considerável, mas com políticas públicas e ações duras nós conseguimos fazer uma diminuição dessa criminalidade, e nós conseguimos diminuir os roubos em 23%.

Então são ações que temos feito para que, de forma motivacional, consigamos combater mais o crime e os investimentos realizados pelo governo de Santa Catarina, com viaturas e tecnologias, têm ajudado nisso também.

[Transcrição: Ana Paula Da Luz Sanzovo Alencar]

Nós tivemos um aumento de 3,5% no número de homicídios, essa é uma realidade, com tendência de queda, porque há uma guerra entre duas facções criminosas, uma paulista e uma catarinense estão em guerra, em especial em Joinville, onde nós tivemos um aumento da criminalidade, mas o Secretário Paulo Cezar e eu, determinado pelo Governador, estamos fazendo ações em Joinville para diminuir esse índice de criminalidade e fazer com que os homicídios estejam em queda.

Portanto, esses crimes graves estão em queda em Santa Catarina por conta das nossas atuações em conjunto, desde o policial da menor cidade de Santa Catarina, até os diretores empenhados, como o doutor Callfass, em combater a criminalidade em Santa Catarina, e essa realidade nos deixa muito feliz, porque nós sabemos que Santa Catarina é uma referência nacional em investigação, mas queremos que seja uma referência mundial na investigação criminal.

Esse é um grande objetivo e por isso estivemos em Israel na semana passada, e eu me senti feliz por uma situação: Santa Catarina é muito parecida com Israel com a questão da inovação, da agricultura e, em especial, com pessoas empenhadas, um cidadão empenhado em melhorar cada vez mais a sua realidade. Então estamos muito perto de um país como Israel, que tem uma renda per capita anual de 55 mil dólares, é bastante dinheiro, mas nós vemos que Santa Catarina tem a condição de se tornar melhor que muitos países, e isso dependerá de cada um de nós, do Parlamento, do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e do Executivo, que são responsáveis por liderar a população em prol de uma ação cada vez mais ativa para melhorar a vida de cada cidadão catarinense.

O Caoagro é um exemplo disso, de algo que tem dado certo em Santa Catarina, e cada vez mais nós estaremos aqui à disposição do Parlamento estadual, dos representantes do cidadão catarinense, e segundo o Governador Jorginho, não é, Massocco, cada vez mais nós temos que atender os Deputados Estaduais da melhor forma possível, porque o Deputado Estadual é aquele que, lá na base, vê as dificuldades da sociedade e pode nos trazer a realidade de cada ponto de Santa Catarina. Por isso que o Governador Jorginho disse: estejam com as agendas e resolvam os problemas dos Deputados Estaduais.

Muito obrigado a todos, foi um prazer estar aqui nesta manhã na Assembleia Legislativa, e muito obrigado, Deputado Altair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) — Muito obrigado, doutor Ulisses, pela sua fala, é sempre solícito, um homem que cumpre uma grande missão frente à Polícia Civil de Santa Catarina.

Passo a palavra para o senhor vice-presidente da Faesc, o médico veterinário Enori Barbieri, nosso ex-Secretário de Estado da Agricultura e ex-presidente da Cidasc, uma pessoa que conhece muito sobre o tema que está sendo tratado aqui hoje e que, certamente, tem muito a contribuir.

O SR. ENORI BARBIERI – Bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Agricultura, Deputado Altair; o Deputado Massocco que pertence à Comissão; os demais Deputados, alguns assistindo por vídeo; cumprimentar também o Delegado-Geral Ulisses, que tem nos prestigiado, e eu digo no plural, porque quase fazemos parte dessa Delegacia do Caoagro – o Delegado Fernando, por coincidência, é sócio do Sindicato Rural de Xanxerê, conheço a sua família, desde pequeno eu conheço o Delegado Fernando, um amigo pessoal –; os colegas da Cidasc, que afinal de contas eu saí da Cidasc, mas a Cidasc não consegue sair de mim; o Fúlvio, que vem do Ministério da Agricultura e é um parceiro; o representante do Crea; e demais pessoas que estão aqui assistindo.

A Federação da Agricultura, Delegado Ulisses, vinha cobrando dos governos uma atuação mais frequente no meio rural. Quem nos atendia basicamente e nos atende ainda hoje é a Polícia Militar, mas a Polícia Militar, com todo o respeito, não tem pernas para todo o Estado, além disso tem uma atuação diferente da atuação da Polícia Civil. O que faltava no campo era investigar quem mandou, quem roubou e quem comprou. Precisamos admitir que a maioria dos crimes contra o agro é cometida pelos agricultores, pois quando se rouba um trator, ele é vendido para um agricultor, não é vendido na cidade.

Infelizmente temos isso no nosso meio e vínhamos cobrando do governo, até que o Delegado Fernando, junto com o nosso Governador Moisés, criou essa Delegacia, e nós, da Federação da Agricultura, sentimo-nos no compromisso, afinal de contas instigamos muito o governo a fazer isso, de auxiliar na divulgação dessa Delegacia.

Qual é o grande problema? O grande problema é que os agricultores não acreditavam mais no serviço público, principalmente na área da segurança pública, que nem B.O. eles faziam, porque não viam resolução dos B.Os. Hoje nós temos corrido, e quero agradecer e cumprimentar o Delegado Fernando, o Estado de ponta a ponta buscando a divulgação e através de todos os movimentos dos nossos Sindicatos convidamos o Caoagro para participar. Há um ano, que vai completar dia 30 agora, eu convidei o Delegado Fernando e a sua equipe para estarem em Canoinhas em um evento de aproximadamente trezentas pessoas e quando as pessoas chegaram lá, viram três carros, quatro carros de polícia e não sabiam o que era, queriam saber o que estava acontecendo, e eu disse: gente, a partir de agora a coisa inverteu, a Polícia é nossa companheira, dos homens de bem.

Essa é a grande transformação que está acontecendo em Santa Catarina, a aproximação, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar, com os produtores, pois havia uma separação muito grande, parece que a Polícia não era bem vista no interior do Estado. Hoje, pelo contrário, a campanha que fazemos é para que os próprios agricultores denunciem os homens de mau, e assim a Cidasc também faz essa campanha, porque alguém tem que denunciar o que está errado, e sempre tem, em todos os meios, pessoas que querem levar vantagem. Mas aqui está acontecendo uma repressão aos fraudadores e aos bandidos, aos que cometem crime, para que não atuem mais em Santa Catarina, e eles estão enxergando que as coisas aqui estão acontecendo.

Eu quero parabenizar a Polícia Civil, o apoio que o Delegado Ulisses tem dado ao Caoagro e eu tenho acompanhado isso de perto, agora com a nova criação de um agente lá na Regional, e apesar de não ser tudo o que queremos, isso tem funcionado. *[Transcrição: Jenifer Girardi]*

Então eu creio que se todos nós nos engajarmos nesse processo de aproximação das Polícias Civil e Militar... Na semana passada, lá em Irineópolis, estava a Polícia Militar e os agricultores meio assim, porque a Polícia Militar também tem alguns convênios com a Faesc em algumas regiões, para algumas ações pontuais, e daí eles diziam: mas você vai fazer um convênio com a Polícia? A Polícia vai lá em casa e só vai me multar, vai a Polícia Ambiental só para multar.

Então, às vezes, essa é a visão que o agricultor tem da Polícia, mas falamos que aquela Polícia estava ali na proteção dos produtores, e mesmo a Ambiental... Graças a Deus mudou um pouco o seu foco, que só chegava e... Nós estamos numa fase de construção daquilo que é certo e daquilo que é errado. Essa é a grande virtude do governo atual, que está aí com a sua equipe de segurança no campo, mostrando o que é certo e o que é errado. Não é só chegar lá e autuar, dizendo que a pessoa estava multada, quando muitas vezes a pessoa nem sabia por que tinha sido multada.

Então acho que esse trabalho que está sendo feito é fruto... e está sendo referência, o Delegado Callfass não falou, para o Brasil inteiro. O Brasil inteiro, a CNA já chamou o Delegado em Brasília, já esteve lá mostrando esse trabalho para o Brasil inteiro, porque na verdade cada Polícia tem a sua função.

A Polícia Militar é muito importante quando você precisa da ação imediata, no foco. Agora, quando você precisa pesquisar através da inteligência e com o mapa da criminalidade, você começa quase a descobrir onde está o larápio. Até nós, que acompanhamos tudo, vemos que não é muito difícil associar um crime a outro crime e para onde ele está caminhando. É lógico que não se vai pegar todos, mas grande parte dos casos já está sendo solucionada e muita gente tem abandonado a criminalidade.

Então quero parabenizar a Comissão de Agricultura por oportunizar essa explanação que está acontecendo hoje, afinal de contas o grande objetivo é levar para o homem do campo esse novo serviço que está à disposição da sociedade e muito tem nos ajudado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) — Muito obrigado.

Eu quero passar agora a palavra ao doutor Fúlvio Brasil Rosar Neto e desde já dar as boas-vindas à Comissão de Agricultura, que sempre estará à disposição do Mapa para os temas que vossa excelência achar relevantes tratar aqui na Comissão.

Passo a palavra ao superintendente do Mapa em Santa Catarina, Fúlvio Brasil Rosar Neto.

O SR. FÚLVIO BRASIL ROSAR NETO – Quero cumprimentar o Deputado Altair, Presidente da Comissão; o Deputado Massocco; o meu amigo Delegado Callfass, que faz um belíssimo trabalho à frente do Caoagro; o Delegado-Geral Ulisses Gabriel, que num lapso temporal tão curto de seis meses já marca seu nome na história da Polícia de Santa Catarina. A Polícia Civil está em boas mãos, parabéns, antes Deputado, porque esse jovem já foi até Deputado e é hoje Delegado-Geral, que faz um belíssimo trabalho e a Polícia Civil tem orgulho do seu trabalho. Parabéns. E cumprimento também o meu amigo Enori, em nome de quem cumprimento todos os demais presentes.

Quero dizer que o Caoagro é fundamental para a proteção do homem do campo. O Ministério da Agricultura é parceiro através do Vigiagro e VigiFronteira, inclusive na semana passada teve um trabalho em conjunto com o Ministério da Agricultura, entre o Caoagro e o Vigiagro, que resultou na apreensão de 41 mil litros de vinho com diversos problemas, e isso fruto da parceria do Ministério com o Caoagro e os demais. Por isso essa parceria tem que ser cada vez mais fomentada. Quero agradecer, em nome do Ministério da Agricultura, essa parceria com o Estado de Santa Catarina.

Quero dizer que o agronegócio é a locomotiva catarinense, representa 64,4% das exportações, com 7,5 bilhões de dólares. De fato é a locomotiva. E quando o Estado, os agentes públicos, as entidades de classe, a Assembleia Legislativa, a Polícia Civil, todos se unem, trabalham juntos, o resultado chega: melhorias para o homem do campo, recorde de safra, melhorias na legislação.

Parabenizo o Deputado Altair pelo belíssimo trabalho na condução desta Comissão e convido todos a ouvir, às 10h, o Ministro da Agricultura, que fará um pronunciamento com forte incremento no Plano Safra. Então teremos boas notícias para o produtor rural.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) — Muito obrigado, doutor Fúlvio, pela sua presença aqui na Comissão de Agricultura.

Passo a palavra ao senhor Ody Hess Gonçalves, coordenador do Programa Estadual de Vigilância para Febre Aftosa e Síndromes Vesiculares em Santa Catarina, que falará em nome da Cidasc.

O SR. ODY HESS GONÇALVES — Bom dia, Deputado Altair, Presidente da Comissão de Agricultura, e demais integrantes da mesa.

Para mim já é um orgulho estar aqui representando a Cidasc em função de uma longa história que nós temos. Também gostaria de parabenizar o Delegado Callfass pelo trabalho realizado frente ao Caoagro, e eu tive a oportunidade de participar, ainda quando estava lá no Departamento Regional de São Miguel do Oeste, dessas ações que o Caoagro fez, com destaque lá para a Operação 'Boi nos Aires', que foi, vamos dizer assim, a cereja do bolo de tantas outras pequenas operações que fizemos.

Como o doutor Enori comentou, o doutor Fernando não fala a todos, mas é muito importante que destaquemos que o Caoagro não é somente o órgão que vai lá nos ajudar, nos dar respaldo, trabalhar com a questão da inteligência para dar suporte às ações que nós desenvolvemos, mas o Caoagro também tem essa vontade, esse querer trabalhar, querer resolver

as questões, assim como também desempenha um papel muito importante, que talvez as pessoas não saibam, que é o suporte ao profissional da Cidasc, ao profissional das outras entidades que trabalha junto no desenvolver das ações.

Muitas vezes o colega que está lá se sente... Não sei qual seria a palavra ideal, mas ele convive com a comunidade e muitas vezes, numa operação que ele faz na quarta-feira, no sábado ele está no mercado junto com a pessoa em que ele... Então, a gente conseguindo estruturar essas operações, o Caoagro trazendo pessoas para dar suporte, a Cidasc também trazendo profissionais de outras regiões para despersonalizar a questão do fiscal, isso é muito importante.

Outro ponto que eu quero destacar também, usando a fala do doutor Enori, é a sensação de segurança que essas operações trazem para a região, né? O cidadão de bem, que é a grande maioria, o produtor de bem, que é a esmagadora maioria, sente-se prestigiado e ao ver a vontade de fazer a coisa acontecer, a vontade de que a criminalidade diminua, sente-se amparado e motivado para novas informações, novas denúncias. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]*

A semana pós-operação é uma semana de peregrinação aos escritórios, porque viram a seriedade do trabalho e se sentem respaldados. Então, doutor Callfass, é muito importante esse suporte que a estrutura do Caoagro traz para os colegas, e como Cidasc nós temos que agradecer, porque esse suporte é muito importante.

Outro ponto que eu gostaria de destacar e que o doutor Callfass trouxe bem no início do seu pronunciamento é a questão da qualidade do cadastro. Nós sabemos o quão importante é termos todas as propriedades do Estado georreferenciadas, a rapidez de resposta não só nas ações de combate à criminalidade, mas as ações de combate à doença, é muito importante. E eu queria lembrar que nós, nos meses de junho e de julho, lançada aqui no Fórum Catarinense de Prevenção da Febre Aftosa, temos a campanha de atualização cadastral. A Cidasc está fazendo essa campanha por entender a importância, já destacada pelo doutor Callfass, de que os produtores tenham uma maior qualidade possível de informações. O cadastro agropecuário de Santa Catarina, não tenho nenhum receio de falar sobre isso, está entre os melhores, talvez o melhor cadastro agropecuário do País, não é falsa modéstia, mas nós ainda precisamos evoluir para trazer alguma informação que vá resultar em agilidade de operação.

No site da Cidasc disponibilizamos um link para que o produtor, de casa, faça a atualização cadastral, entrando na plataforma de emissão de GTA, on-line. No escritório da Cidasc e do Icasa terá alguém que dê suporte para o produtor que tenha dificuldade com o uso do aplicativo, com a tecnologia. Então eu aproveito a oportunidade para dar o destaque nesta Casa de que até o final do mês de julho, dia 31, nós estamos trabalhando nessa campanha de atualização cadastral, que dentre outras coisas vai trazer benefícios até para o combate à criminalidade.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) —Muito obrigado.

Eu passo a palavra ao nosso Vice-Presidente da Comissão, Deputado Massocco.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MASSOCCO — Bom dia, Presidente, bom dia a todos os demais que aqui se fazem presentes. Faço um cumprimento especial ao nosso Delegado-Geral da Polícia Civil, doutor Ulisses, parabenizando-o pelo grande trabalho que vem fazendo em apenas seis meses, como aqui já foi mencionado, da mesma forma como tem feito o nosso Governador, estando presente, participativo, próximo das pessoas, e o senhor não tem feito diferente. E isso é muito importante, porque muitas vezes a população vê a Polícia como um problema, com medo, como uma intimidação, e é bem o contrário, quanto mais próximo, mais as pessoas entendem o poder de cada um.

Cumprimento também o doutor Callfass, que explanou muito bem, colocou muito bem o trabalho realizado, isso é muito importante, e leve um abraço a todos os servidores, do menor ao maior, porque ninguém vence nada sozinho, e com certeza esse trabalho que vocês estão puxando tem por trás uma equipe muito grande que dá o suporte, que busca as informações, enfim, que faz as investigações.

Eu fico feliz em saber que o agro está tendo um tratamento diferenciado pela Polícia Civil, não só nessa questão de investigação, porque muitas vezes a preocupação do agricultor não é ele ter somente a perda de um animal, o furto de um animal, mas a insegurança e o medo que ele e sua família têm em relação aos criminosos. Então essa

informação que foi colocada, principalmente do disque-denúncia que tem pelo WhatsApp, é muito importante, e eu sei que já vem sendo feito esse trabalho muito forte na questão da divulgação, de levar as informações a todas as Secretarias Municipais de Agricultura, a todas as Câmaras de Vereadores, enfim, para que todos tenham acesso e possam fazer [uso] facilmente quando se sentirem ameaçados, seja com furto, seja com ameaça de furto, porque muitas coisa podem ser evitadas, e até, doutor Ulisses, a ampliação [do número] de câmeras, porque tudo isso facilita hoje para que se possa buscar o criminoso.

No mais, quero cumprimentar mais uma vez todos os que aqui já foram citados e parabenizá-los, cada um na sua função. Deixamos um abraço a todos e estamos à disposição para contribuir, para colaborar com todo o Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) — Muito obrigado, Deputado Massocco.

Eu consulto se os Colegas que estão on-line desejam fazer uso da palavra neste momento.

(Pausa.)

Não havendo mais Deputado que queira fazer uso da palavra, nós agradecemos a presença do Crea e da Associação dos Médicos Veterinários de Santa Catarina, de todos os Colegas nesta manhã de hoje, foi extremamente importante esclarecer esse importante trabalho que já tem dados, parâmetros de ações. Por isso, doutor Fernando Callfass, vossa excelência já foi reconhecido por esta Casa, de forma muito meritória pelos quarenta Deputados Estaduais, ao receber moção de aplauso pelo trabalho realizado em nome de toda a Polícia Civil de Santa Catarina.

Nós lhe parabenizamos ante aos colegas da Polícia Civil por ter tomado essa frente, ter enxergado a importância desse trabalho, assim como parabenizamos o Delegado Ulisses, que ao assumir essa missão – ele que é um homem preparado, já esteve aqui também exercendo mandato de Deputado Estadual e que vem lá do sul do Estado com muita vontade – tem dado todas as condições para que essa Delegacia de repressão aos crimes contra o agro continue cada vez mais forte. Santa Catarina vive o agro e essa segurança dá estabilidade e também dá uma resposta a todos os brasileiros de que aqui não tem espaço para cometer crimes, especialmente no agro, fazendo com que a nossa atividade se fortaleça cada vez mais.

Então, nós agradecemos de coração a presença de cada um dos senhores e colocamo-nos à disposição para todas as demandas do agro e todas as demandas da Polícia Civil, a fim de que possamos trabalhar em conjunto.

Muito obrigada pela presença de todos e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente reunião.

[Transcrição: Vera Zacca / Revisão e Leitura Final: Siomara G. Videira]

Deputado **Altair Silva**

Presidente

Processo SEI 23.0.000035722-7

————— * * * —————

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 02 de agosto de 2023, às 08h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Altair Silva e Vice-Presidência do Senhor Deputado Massocco, com a presença dos demais membros da comissão: Deputado Camilo Martins, Deputado Napoleão Bernardes, Deputado Neodi Saretta e Deputado Oscar Gutz. Justificada a ausência do Deputado Volnei Weber, conforme Ofício Interno nº 0891129/2023. Havendo quórum Regimental, o Senhor Presidente abriu a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Agricultura e Política Rural, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação das atas da 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, que foram aprovadas por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou á Ordem do Dia: Requerimento RCC/101/2023, de autoria do Deputado Altair Silva, para a realização de reunião, em data oportuna, com a presença de representante(s) da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC e de seus cooperados, com a finalidade de expor sobre o histórico, desenvolvimento, importância social e econômica das

cooperativas agropecuárias do Estado de Santa Catarina; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Requerimento RCC/102/2023, de autoria do Deputado Altair Silva, para a realização de reunião, em data oportuna, no Município de Florianópolis, com a presença de representante(s) da Associação Catarinense de Avicultora – ACAV e de associados, com a finalidade de expor sobre o histórico, desenvolvimento importante social e econômico das agroindústrias do Estado de Santa Catarina; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Requerimento RCC/103/2023, de autoria do Deputado Altair Silva, para a realização de reunião, em data oportuna, para exposição a ser ministrada por Celles Regina de Matos, Presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, Sobre O Programa Novilho Precoce; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; e Requerimento RCC/124/2023, de autoria do Deputado Altair Silva, para a realização de reunião, em data e local oportuno, para debater sobre a destinação de carcaças de animais de produção; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Posteriormente o Senhor Presidente solicitou a inclusão de requerimento extrapauta: Requerimento RCC/0130/2023, de autoria do Deputado Altair Silva, para a realização de reunião, com a presença do Superintendente do Ministério da Agricultura e Pecuária com a finalidade de expor sobre os critérios adotados para edição da Portaria n.º 840 de 07 de julho de 2023 que dispõe sobre os períodos de vazio sanitário e calendário de sementeira e, também, quanto as atividades do MAPA em Santa Catarina; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Finda a ordem do dia, o Senhor Presidente reforçou o convite para a Audiência Pública que irá discutir a situação dos produtores de Leite do Estado no município de Seara no próximo dia 11 de agosto às 14 horas, abrindo a palavra aos membros para discussão sobre o tema. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e das autoridades e encerrou a presente reunião, da qual eu, Adriano Rotta, Assessor de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reuniões das Comissões, 02 de agosto de 2023.

Deputado **Altair Silva**

Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

Processo SEI 23.0.000035718-9

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia quinze de agosto de 2023, às nove horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala dois de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Tiago Zilli, e vice-presidência do senhor Deputado Napoleão Bernardes, e os demais senhores Deputados Membros da Comissão: Deputado Ivan Naatz, Deputado Marquito, Deputado Matheus Cadorin, Deputado Neodi Saretta, Deputado Nilso Berlanda e o Deputado Emerson Stein proponente do requerimento RCC/0141/2023 o qual estava na pauta da presente sessão. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente abriu a 5ª Reunião Ordinária da Comissão cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 4ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente passou à leitura da matéria constante da ordem do dia: Requerimento RCC/0141/2023, de autoria do Deputado Emerson Stein, “para a realização de Audiência, para apresentação e discussão de projeto de mobilidade do sistema viário Porto Belo - Bombinhas, a ser realizada no dia 05 do mês de Outubro (quinta- feira), no Município de Porto Belo.” Antes de abrir a discussão para os membros da Comissão o Presidente concedeu a palavra ao Deputado proponente do Requerimento Emerson Stein para que o mesmo pudesse fazer a explanação a cerca do seu pedido. Após a explanação do Deputado Proponente foi aberta discussão aos membros da Comissão, o Deputado Neodi Saretta foi o primeiro a fazer o uso da palavra, prosseguindo a discussão o Deputado Napoleão Bernardes fez suas colocações, avançando as discussões o Deputado Matheus Cadorin elencou seu posicionamento, após os Deputados contribuírem com a discussão o Presidente retomou a palavra posicionando-se referente ao requerimento proposto e colocando-o em votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, antes de encerrar a sessão o Deputado Napoleão Bernardes pediu o uso da palavra para levantar um tema de assuntos gerais quais haviam sido aprovados anteriormente por essa Comissão, o Deputado Matheus Cadorin

voltou a fazer o uso da palavra contribuindo com os temas abordados pelo Deputado Napoleão Bernardes que houvera lhe precedido. Após os pronunciamentos o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E, para constar, eu, Tiago da Rosa Bitencourt, Assessor de Comissão Permanente, que secretariei a reunião, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Reunião das Comissões, 15 de agosto de 2023.

Deputado **Tiago Zilli**

Presidente da Comissão de Assuntos Municipais

Processo SEI 23.0.000035428-7

ATOS DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA N° 119-DL, de 2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 40 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONSTITUI a Frente Parlamentar Imobiliária de Santa Catarina, integrada pelos Senhores Deputados Marcius Machado, Emerson Stein, Lunelli, Carlos Humberto, Maurício Eskudlark, Lucas Neves e Jessé Lopes, com o objetivo de estabelecer um canal institucional direto entre os profissionais do mercado imobiliário e o Poder Legislativo, com o propósito de discutir e abordar questões pertinentes ao setor.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 30 de agosto de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente

PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO

OFÍCIO

OFÍCIO N° 163/2023

OFÍCIO INTERNO N° 0922567/2023/GAB-DEP-LUCAS NEVES

Florianópolis, 23 de agosto de 2023.

Ao Senhor

Andre Luiz Bernardi

Chefe de Gabinete da Presidência

Florianópolis - SC

Assunto: Comunica a instalação da Bancada da Serra e a designação do seu Coordenador

Prezado Senhor,

Em atenção ao Ofício Interno n° 361/2023/GP, comunico que a Bancada da Serra realizou a sua reunião de instalação no último dia 22 de agosto, definindo que seu Coordenador definitivo será o Deputado Lucas Neves, no período de 1º de setembro de 2023 a 8 de julho de 2024, conforme ata da reunião de instalação em anexo.

Atenciosamente,

Juliano Batalha Chiodelli

Chefe de Gabinete

Lido no Expediente

Sessão de 30/08/23

Processo SEI 23.0.000033405-7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO Nº 0006/2023**

Acrescenta o § 3º ao art. 109 da Constituição do Estado de Santa Catarina para destinar recursos do orçamento do Estado às atividades de Proteção e Defesa Civil.

Art. 1º O Art. 109 da Constituição Estadual passa a vigorar acrescido do § 3º com a seguinte redação:

"Art.109

§ 3º Para custear as atividades e ações relacionadas à proteção e defesa civil, o Estado consignará no orçamento anual recursos no percentual nunca inferior a meio por cento das receitas orçamentárias, a serem depositados diretamente na conta do fundo estadual de proteção e defesa civil, em forma de duodécimo, sem prejuízo da aplicação de recursos de outras fontes, na forma da lei. "

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,

Camilo Martins

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 30/08/2023

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de Emenda Constitucional tem como objetivo assegurar a destinação de um percentual mínimo das receitas orçamentárias ao Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC) de que trata a Lei n. 8.099, de 1990, alterada pela Lei n. 16.418, de 2014.

Ao estabelecer um percentual mínimo das receitas orçamentárias, cujo depósito na conta específica do FUNPDEC deverá ser efetuado em forma de duodécimo, a proposta busca assegurar que as atividades de socorro à população atingida por eventos adversos tenham recursos suficientes para o pronto atendimento.

No mais das vezes, a população atingida se vê desamparada nos momentos mais difíceis de suas vidas, quando atingidas por eventos climáticos que acabam destruindo o patrimônio, levando moradias e todos os pertences.

Iguais problemas vivenciam os municípios que, em situações de verdadeiras catástrofes, se veem obrigados a socorrer a população, restabelecer os serviços públicos, reparar os estragos, mas não dispõem de recursos financeiros e materiais para tais atividades.

Para o exercício de 2023, do total de 44 bilhões de receitas estimadas, o orçamento do Estado consigna em torno de 0,27% de suas receitas para as ações de proteção e defesa civil, correspondente a pouco mais de 121 milhões de reais, volume diminuto de recursos.

Nesse sentido, ao elevar o percentual de receitas de 0,27% para 0,5% a presente proposta visa garantir um pouco mais de recursos, além de estabelecer o repasse dos recursos em forma de duodécimo, garantindo assim a vinculação dos recursos a disponibilização dos mesmos para as ações necessárias ao atendimento de situações adversas na área de proteção e defesa civil.

Com base em tais razões, espera o acolhimento da presente proposta.

Sala das sessões,

Martins

Deputado Estadual

(Assinado eletronicamente pelos Deputados (a) Camilo Nazareno Pagani Martins, Padre Pedro Baldissera, Neodi Saretta, Lucas Felipe Melo Neves, Fabiano da Luz, Marcius da Silva Machado, Matheus Andreis Cadorin, Gerri Consoli, Tiago Zilli, Rodrigo Minotto, Emerson Luciano Stein, Fernando Krelling, Napoleão Bernardes Neto e Felipe Luiz Collaço)

REQUERIMENTO**REQUERIMENTO N° 104/2023**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Os Deputados e as Deputadas que este subscrevem, com amparo no art. 40, 1º, 2º e 3º, do Regimento Interno, requerem a constituição da Frente Parlamentar Imobiliária de Santa Catarina. Essa iniciativa busca estabelecer um canal institucional direto entre os profissionais do mercado imobiliário e o Poder Legislativo, com o propósito de discutir e abordar questões pertinentes ao setor. Além disso, a Frente se compromete a agir de maneira responsável, promovendo um diálogo construtivo e mantendo um compromisso sólido com os interesses da sociedade catarinense.

Sala das Sessões,

Marcus Machado

Deputado Estadual

(Assinado eletronicamente pelos deputados Marcus da Silva Machado, Emerson Luciano Stein, Antídio Aleixo Lunelli, Carlos Humberto Metzner Silva, Maurício José Eskudlark, Lucas Felipe Melo Neves e Jessé de Faria Lopes)

Lido no Expediente

Sessão de 29/08/23

Gabinete Deputado Marcus Machado

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÕES FINAIS****REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 465/2019**

Dispõe sobre a inclusão, nos serviços públicos estaduais, de medidas de conscientização, prevenção e combate a conteúdos pornográficos voltados a crianças e adolescentes.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A Administração Pública Estadual deve propiciar, no âmbito da prestação de serviços públicos, a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate a conteúdos pornográficos voltados a crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento e em condição de especial fragilidade psicológica.

Art. 2º A criação e a educação dos filhos incumbem à família, que conta com a proteção do Estado, em observância aos arts. 226 e 229 da Constituição Federal, e ao art. 1.634 do Código Civil.

Parágrafo único. Os pais ou responsáveis têm direito a que seus filhos menores recebam educação moral e religiosa que esteja de acordo com suas convicções, consoante dispõe o art. 12, item 4, da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Art. 3º Os serviços prestados no âmbito do Poder Público Estadual, bem como os eventos por este patrocinados, devem garantir proteção à criança e ao adolescente, em face de imagens, músicas ou textos pornográficos ou obscenos, impróprios ao seu desenvolvimento psicológico.

§ 1º Considera-se pornográfico ou obsceno áudio, vídeo, imagem, desenho ou texto, escrito ou lido, cujo conteúdo descreva ou contenha palavrões, imagem erótica ou de órgãos genitais, de relação sexual ou de ato libidinoso.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se a qualquer material impresso, sonoro, audiovisual ou imagem, ainda que didático, paradidático ou cartilha, ministrado, entregue ou colocado ao acesso de crianças e adolescentes, bem como a *folders*, *outdoors* ou qualquer outra forma de divulgação em local público ou evento autorizado ou patrocinado pelo Poder Público Estadual, inclusive mídias ou redes sociais.

§ 3º A apresentação científico-biológica de informações sobre o ser humano e seu sistema reprodutivo é permitida, respeitada a idade apropriada.

Art. 4º O descumprimento ao disposto nesta Lei acarretará o infrator à imposição de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), dobrada no caso de reincidência, que será reajustada, anualmente, com base na variação

do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo, prevista em contrato ou patrocínio, e, no caso de servidor público estadual, aplicam-se as sanções previstas no Estatuto do Servidor, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal e de outras sanções previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Os valores arrecadados em decorrência da aplicação da multa serão revertidos para o Fundo Especial para Infância e Adolescência (FIA), do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Qualquer pessoa jurídica ou física, inclusive pais ou responsáveis, poderá representar à Administração Pública Estadual e ao Ministério Público quando houver violação ao disposto nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2023.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

———— * * * ————

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 212/2020

Proíbe a cobrança de débitos pendentes em nome de terceiros, nas unidades consumidoras, quando da troca de titularidade dos contratos de prestação de serviços de água e energia elétrica, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica proibida a cobrança de débitos pendentes em nome de terceiros, nas unidades consumidoras, quando da troca da titularidade de contratos de prestação de serviços de água e energia elétrica, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Os débitos pendentes ficam vinculados ao consumidor titular do contrato e não à unidade consumidora.

Art. 2º O descumprimento das disposições desta Lei configura má-fé das prestadoras de serviço e sujeita o infrator às penalidades previstas nos arts. 42, 56, parágrafo único e 57 do Código de Defesa do Consumidor, devendo a multa ser estipulada em regulamentação própria do Procon Estadual de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2023.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

———— * * * ————

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0287.8/2020

O Projeto de Lei nº 0287.8/2020 passa a ter a seguinte redação:

"Projeto de Lei nº 0287.8/2020

Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que 'Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais', para proibir que animais apreendidos, pela autoridade competente, em razão de maus-tratos e de zoofilia, sejam devolvidos aos seus tutores.

Art. 1º Ficam acrescentados §§ 1º, 2º, 3º e 4º ao art. 34 da Lei nº 12.854, de 22 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 34.....

§ 1º Os animais apreendidos em razão da constatação de maus-tratos ou ato de zoofilia não serão devolvidos aos seus proprietários e, nos casos de apreensão do comento de outras irregularidades, aplicar-se-á, alternativamente, o disposto nas alíneas 'a' e 'd' do inciso II.

§ 2º Os animais apreendidos em razão da constatação de maus-tratos ou ato de zoofilia deverão ser destinados aos municípios que possuem Centros de Zoonoses ou Centros de Bem-Estar Animal, ou a ONGs, santuários ou pessoas físicas, sendo vedado o seu abate e/ou a venda, sem ônus ao Estado de Santa Catarina.

§ 3º As ONGs, santuários ou pessoas físicas a quem seja delegada a guarda desses animais deverão ser monitorados periodicamente pela Polícia Militar Ambiental e pelo órgão ambiental do respectivo município.

§ 4º A pessoa que cometer a infração de maus-tratos ou ato de zoofilia contra animais será responsabilizada pelas despesas decorrentes da recuperação física e emocional dos espécimes. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão,

Deputada **Paulinha**

Relatora

SUBEMENDA SUPRESSIVA À EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL DE FL. 74 AO

PROJETO DE LEI Nº 0287.8/2020

Suprime o § 3º, do art. 1º, da Emenda Substitutiva Global de fl. 74, do Projeto de Lei nº 0287.8/2020.

Fica suprimido o § 3º, do art. 1º, da Emenda Substitutiva Global de fl. 74, do projeto de lei nº 0287.8/2020.

Sala das Comissões,

Bruno Souza

Deputado Estadual

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 287/2020

Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que "Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais", para proibir que animais apreendidos, pela autoridade competente, em razão de maus-tratos e de zoofilia, sejam devolvidos aos seus tutores.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Ficam acrescentados §§ 1º, 2º e 3º ao art. 34 da Lei nº 12.854, de 22 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34.

§ 1º Os animais apreendidos em razão da constatação de maus-tratos ou ato de zoofilia não serão devolvidos aos seus proprietários e, nos casos de apreensão do cometimento de outras irregularidades, aplicar-se-á, alternativamente, o disposto nas alíneas 'a' e 'd' do inciso II.

§ 2º Os animais apreendidos em razão da constatação de maus-tratos ou ato de zoofilia deverão ser destinados aos Municípios que possuem Centros de Zoonoses ou Centros de Bem-Estar Animal, ou a ONGs, santuários ou pessoas físicas, sendo vedado o seu abate e/ou a venda, sem ônus ao Estado de Santa Catarina.

§ 3º A pessoa que cometer a infração de maus-tratos ou ato de zoofilia contra animais será responsabilizada pelas despesas decorrentes da recuperação física e emocional dos espécimes." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2023.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

_____ * * * _____

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 326/2020

Altera o art. 5º da Lei nº 17.291, de 2017, que dispõe sobre a realização de eventos desportivos no Estado de Santa Catarina, para ampliar a todos os organizadores de eventos desportivos realizados em via aberta à circulação, a apresentação do Certificado de Registro da Entidade Desportiva, outorgado pelo Conselho Estadual de Esporte, na forma da Lei nº 9.808, de 1994.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 17.291, de 10 de outubro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º As provas ou competições desportivas, inclusive seus ensaios, em via aberta à circulação, só poderão ser realizadas mediante prévia permissão da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via e dependerão de:

I – autorização expressa da respectiva confederação desportiva ou de entidades estaduais ou municipais a ela filiadas, com sede no Estado de Santa Catarina;

II – caução ou fiança para cobrir possíveis danos materiais à via;

III – contrato de seguro contra riscos e acidentes, em favor de terceiros;

IV – prévio recolhimento do valor correspondente aos custos operacionais pelos quais o órgão ou entidade permissionária é responsável; e

V – Certificado de Registro da Entidade Desportiva, outorgado pelo Conselho Estadual de Esporte, na forma da Lei nº 9.808, de 26 de dezembro de 1994.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2023.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 272/2022

Altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de denominar “Delegacia de Polícia Pedro Dias” a sede da Delegacia de Polícia da Comarca de Itapoá, no Município de Itapoá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominada “Delegacia de Polícia Pedro Dias” a sede da Delegacia de Polícia da Comarca de Itapoá, no Município de Itapoá.

Art. 2º O Anexo I da Lei nº 16.720, de 8 de outubro de 2015, passa a vigorar com a redação constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2023.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 8 de outubro de 2015)

“ANEXO I**BENS PÚBLICOS – INTRAMUNICÍPIOS**

.....
	ITAPOÁ	LEI ORIGINAL Nº
.....
	Denomina “Delegacia de Polícia Pedro Dias” a sede da Delegacia de Polícia da Comarca de Itapoá, no Município de Itapoá.	
.....

”(NR)

CADERNO ADMINISTRATIVO**GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS****ATOS DA MESA****ATO DA MESA N° 897, de 30 de agosto de 2023**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR PAULO CESAR DOS SANTOS, matrícula n° 8269, do cargo de Assessor de Comunicação Social, código PL/ASC-2, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1° de setembro de 2023 (DG - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035731-6

ATO DA MESA N° 898, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR WALMOR SIDNEI DE MELLO, matrícula n° 11057, servidor do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Saúde, colocado à disposição desta Assembleia Legislativa, da Função Gratificada de Assessoria Técnica - Parlamentar, código PL/FG-4, do Grupo de Atividades de Função Gratificada do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1° de setembro de 2023 (GAB DEP MAURO DE NADAL).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035518-6

ATO DA MESA N° 899, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR LEONARDO ULISSES MORAES, matrícula n° 11056, servidor do Poder Executivo - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, colocado à disposição desta Assembleia Legislativa, da Função Gratificada de Assessoria Técnica - Administrativa, código PL/FG-3, do Grupo de Atividades de Função Gratificada do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1° de setembro de 2023 (DG - DIRETORIA ADMINISTRATIVA).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000018584-1

ATO DA MESA N° 900, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 20-A, II e 20-B da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

CONCEDER ao servidor **PAULO CESAR DOS SANTOS**, matrícula nº 8269, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa Retribuição Financeira por Operação de Sistemas de Processos Administrativos e Legislativo, no valor correspondente ao da Função de Confiança, código PL/FC-4, a contar de 1º de setembro de 2023 (GAB DEP REPORTER SERGIO GUIMARAES).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035903-3

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 901, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 20-A, II e 20-B da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

CONCEDER ao servidor **JORGE SIMOES LAUTERT**, matrícula nº 11866, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa Retribuição Financeira por Operação de Sistemas de Processos Administrativos e Legislativo, no valor correspondente ao da Função de Confiança, código PL/FC-4, a contar de 1º de setembro de 2023 (LIDERANÇA DO UNIÃO BRASIL).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035912-2

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 902, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947, da Comissão Legal – Permanente de Licitações, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Gratificação de Exercício, a contar de 1º de setembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035908-4

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 903, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no inciso IV do art. 20 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015*

DESIGNAR o servidor **GUSTAVO DZIS GIACOMINI**, matrícula nº 6306, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, como membro da Comissão Legal – Permanente de Licitações, atribuindo-lhe a gratificação de exercício no valor equivalente a PL/FC-3, a contar de 1º de setembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035918-1

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 904, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **EDUARDO LANGE FONTES**, matrícula n° 7345, do cargo de Coordenador de Suporte e Manutenção, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 01 de setembro de 2023 (DTI - COORDENADORIA DE SUPORTE E MANUTENÇÃO).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035942-4

———— * * * ————

ATO DA MESA N° 905, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

INCLUIR no Ato da Mesa n° 162, de 18 de maio de 2023, o servidor **MATHEUS HOFFMANN MACHADO**, matrícula n° 10846, a contar de 1° de setembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000036015-5

———— * * * ————

ATO DA MESA N° 906, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ADRIANO PIEKAS**, matrícula n° 10918, do cargo de COORDENADOR DE BIBLIOTECA, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1° de setembro de 2023 (DA - COORDENADORIA DE BIBLIOTECA).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035907-6

———— * * * ————

ATO DA MESA N° 907, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9° e 11° da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n° s. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR ADRIANO PIEKAS, matrícula n° 10918, para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DA ESCOLA DO LEGISLATIVO "DEPUTADO LICIO MAURO DA SILVEIRA", código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1° de setembro de 2023 (DG - ESCOLA DO LEGISLATIVO).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035907-6

———— * * * ————

ATO DA MESA Nº 908, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

INCLUIR no Ato da Mesa nº 162, de 18 de maio de 2023, o servidor **SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO**, matrícula nº 12085, a contar de 1º de setembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035946-7

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 909, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor **LUIS GUILHERME SELLA RIGONI**, matrícula nº 6303, da Comissão Legal – Permanente de Licitações, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Gratificação de Exercício, a contar de 1º de setembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035911-4

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 910, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº s. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR MABEL COELHO LUNARDI, matrícula nº 6694, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Suporte e Manutenção, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2023 (DTI - COORDENADORIA DE SUPORTE E MANUTENÇÃO).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035931-9

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 911, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXCLUIR do Ato da Mesa nº 162, de 18 de maio de 2020, a servidora **MABEL COELHO LUNARDI**, matrícula nº 6694, a contar de 1º de setembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035931-9

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 912, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no inciso IV do art. 20 da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução n° 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015*

DESIGNAR o servidor **DANIEL HEYSE TAVARES**, matrícula n° 4603, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, como membro da Comissão Legal – Transparência Institucional, atribuindo-lhe a gratificação de exercício no valor equivalente a PL/FC-3, a contar de 1° de setembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035916-5

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 913, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXCLUIR do Ato da Mesa n° 162, de 18 de maio de 2020 o servidor **ALOYSIO MACHADO FILHO**, matrícula n° 4554, a contar de 1° de setembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035924-6

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 914, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no inciso IV do art. 20 da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução n° 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015*

DESIGNAR a servidora **CAROLINA SCHROEDER VIEIRA FERNANDES**, matrícula n° 7173, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, como membro da Comissão Legal – Comissão Permanente de Licitação, atribuindo-lhe a gratificação de exercício no valor equivalente a PL/FC-3, a contar de 1° de setembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000035933-5

PORTARIAS**PORTARIA N° 2216, de 30 de agosto de 2023**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, IV e XI, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pela Lei Complementar n° 794, de 5 de janeiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o Grupo de Trabalho - Comitê de Acessibilidade da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, caracterizado como órgão consultivo, constituído pelos seguintes servidores:

Nome do Servidor	Setor	Matrícula
ANY SANTOS	DG - CE - GERÊNCIAL CULTURAL	6361
CARLOS HENRIQUE MONGUILHOT	MD - PROCURADORIA	2016
ELISANDRA DA SILVA FORTKAMP	DG - DIRETORIA ADMINISTRATIVA	11061
CLERSON LARROYD	DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS	2138

Art. 2º Ao Comitê caberá orientar e assessorar, com recomendações fundamentadas, sobre a atuação estratégica e política da temática de Acessibilidade, seguindo os preceitos do Desenho Universal, baseado nas normas técnicas da ABNT (NBR 905:2015 e NBR 16537:2016), a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 e o Decreto nº 5.296/2004.

Art. 3º Os servidores nominados no art. 1º não serão remunerados pela execução das tarefas inerentes ao comitê.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000001564-4

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2217, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR PAULO CESAR DOS SANTOS, matrícula nº 8269, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar 1º de setembro de 2023 (GAB DEP REPORTER SERGIO GUIMARAES).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000035902-5

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2218, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PAULO ROBERTO CORREA DE LUCA SANTOS**, matrícula nº 5259, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2023 (GAB DEP REPORTER SERGIO GUIMARÃES).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000035905-0

————— * * * —————

PORTARIA N° 2219, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução n° 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão n° 024/2023.

Matr	Nome do Servidor	Função
3709	ADRIANO LUIZ DE CAMPOS	Pregoeiro
6339	ALLAN DE SOUZA	Pregoeiro substituto
6305	RODRIGO MACHADO CARDOSO	Equipe de Apoio
6303	LUÍS GUILHERME SELLA RIGONI	
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	
11290	GABRIELA DACOL MOLIN	

Alexandre Lencina Fagundes
Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000007886-7

PORTARIA N° 2220, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA n°
11123	RICHILLE MACCARI	15	05/08/2023	14095/2023

Alexandre Lencina Fagundes
Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000035713-8

PORTARIA N° 2221, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA n°
6508	NELSON JOSE DA SILVA	14	04/08/2023	14051/2023

Alexandre Lencina Fagundes
Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000035712-0

PORTARIA N° 2222, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA nº
9499	GLAUCIA MATTJIE	07	22/08/2023	14101/2023

Alexandre Lencina Fagundes
Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000035702-2

PORTARIA Nº 2223, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA nº
10861	GILSON FAGUNDES DE PAULA	5	04/08/2023	14106/2023

Alexandre Lencina Fagundes
Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000035697-2

PORTARIA Nº 2224, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA nº
6694	MABEL COELHO LUNARDI	05	07/08/2023	14045/2023

Alexandre Lencina Fagundes
Diretor-Geral

Processo SEI 22.0.000024544-9

PORTARIA Nº 2225, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em
1903	MARCIO FERREIRA	02	08/08/2023
1903	MARCIO FERREIRA	02	10/08/2023

Alexandre Lencina Fagundes
Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000022424-3

PORTARIA N° 2226, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA n°
8371	CAIO TOFFOLI COSTA	15	18/08/2023	14070/2023

Alexandre Lencina Fagundes
Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000035695-6

———— * * * ————

PORTARIA N° 2227, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA n°
3635	ERON JOSE KUSTER	13	09/08/2023	14098/2023

Alexandre Lencina Fagundes
Diretor-Geral

Processo SEI 22.0.000028604-8

———— * * * ————

PORTARIA N° 2228, de 31 agosto 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA n°
9308	AUGUSTO JOSE WANDERLINDE	5	16/08/2023	14083/2023

Alexandre Lencina Fagundes
Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000035694-8

———— * * * ————

PORTARIA N° 2229, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA nº
4734	MICHEL GUEDES DE SOUZA	10	21/08/2023	14054/2023

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000035707-3

PORTARIA Nº 2230, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA nº
9437	PRISCILA ANGELICA PARISOTTO FURLAN SOARES	04	08/08/2023	14099/2023

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000035711-1

PORTARIA Nº 2231, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde à servidora abaixo relacionada:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA nº
12220	ANDREZA DE HOLLANDA VIEIRA GUERNER	05	18/08/2023	14075/2023

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000030189-2

PORTARIA Nº 2232, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA nº
11590	PEDRO FRANCISCO DA SILVA ROSA	14	17/08/2023	14082/2023

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000035708-1

PORTARIA N° 2233, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA n°
9630	ANA CLAUDIA TORRET ROCHA	15	17/08/2023	14064/2023

Alexandre Lencina Fagundes
Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000035693-0

PORTARIA N° 2234, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde da servidora abaixo relacionada:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA n°
461	ZELIA TEREZINHA DE SOUZA	15	23/08/2023	14077/2023

Alexandre Lencina Fagundes
Diretor-Geral

Processo SEI 22.0.000023919-8

PORTARIA N° 2235, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11° da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n° 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **GABRIELE CAPPELARI**, matrícula n° 11981, de PL/GAB-47 para o PL/GAB-53 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1° de setembro de 2023 (GAB DEP MAURÍCIO ESKUDLARK).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000035945-9

PORTARIA N° 2236, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR MARINES ROSA PALAVICINI SOTILI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP FABIANO DA LUZ – CHAPECÓ).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000035921-1

PORTARIA Nº 2237, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **INES WOLLINGER DA CONCEIÇÃO**, matrícula nº 4027, de PL/GAB- 80 para o PL/GAB- 70 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2023 (GAB DEP MAURICIO ESKUDLARK).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000035929-7

PORTARIA Nº 2238, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar dos servidores abaixo relacionados, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2023 (GAB DEP NAPOLEAO BERNARDES):

Matrícula	Servidor	Nível Atual	Nível Novo
11831	ALBERTO ROBERGE CAUSS	PL/GAB-76	PL/GAB-75
11838	CAMILA DOS SANTOS BISSONI	PL/GAB-78	PL/GAB-77
11936	JORGE LUIZ VARNIER	PL/GAB-66	PL/GAB-65
7235	JULIA MARA VOIGT	PL/GAB-72	PL/GAB-71
12207	ROBSON DUMES	PL/GAB-54	PL/GAB-53
11909	TALITA PIMENTEL DE SOUZA	PL/GAB-55	PL/GAB-53
11830	JOSE ABEL DO NASCIMENTO	PL/GAB-86	PL/GAB-90

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000035937-8

PORTARIA N° 2239, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

Fazer cessar os efeitos da Portaria n° 1745, de 5 de junho de 2023, que prorrogou o regime de trabalho na forma 100% remoto, da servidora **CAROLINE CRISTINA CARDOSO RAMOS**, matrícula n° 7175, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a partir de 7 de agosto de 2023

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000034119-3

————— * * * —————

PORTARIA N° 2240, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11° da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n° 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR NELSON GODOFREDO MORAES NETO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1° de setembro de 2023 (GAB DEP REPÓRTER SÉRGIO GUIMARÃES).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000036011-2

————— * * * —————

PORTARIA N° 2241, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11° da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n° 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **JORGE MACUCO JUNIOR**, matrícula n° 2851, de PL/GAB-74 para o PL/GAB-59 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 01 de setembro de 2023 (GAB - DEP JULIO GARCIA).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000036008-2

————— * * * —————

PORTARIA N° 2242, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO**, matrícula nº 12085, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-81 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2023 (MD-GABINETE DA PRESIDÊNCIA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000014953-5

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2243, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MAURÍCIO BATALHA MACHADO**, matrícula nº 11988, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-76 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2023 (LIDERANÇA DO PODEMOS).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000034744-2

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2244, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-85, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2023 (DL - COLEGIADO DE BANCADA - CAMPOS NOVOS).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000035946-7

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2245, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MABEL COELHO LUNARDI**, matrícula nº 6694, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-85 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2023 (DL - COLEGIADO DE BANCADA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000035931-9

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2246, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matricula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em
11949	GIOVANA FARACO DE LUCA GARCIA COELHO	02	10/08/2023
11949	GIOVANA FARACO DE LUCA GARCIA COELHO	01	14/08/2023
11949	GIOVANA FARACO DE LUCA GARCIA COELHO	02	30/08/2023

Alexandre Lencina Fagundes
Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000019194-9

PORTARIA Nº 2247, de 31 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR RODRIGO DE SOUTO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-81, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - GABINETE DA PRESIDENCIA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000036098-8

EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023

Nº DA LICITAÇÃO NO SISTEMA LICITAÇÕES-E: 1015548

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição de 02 (duas) licenças do software Microsoft SQL Server 2022 Standard Edition (4 cores licenciados cada, em sua versão mais atual) incluindo suporte técnico (24x7) e treinamento, de acordo com as especificações constantes neste Edital e seus Anexos.

DATA: 14/09/2023 - HORA: 13:45h

ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Deverá ser encaminhada via sistema do Banco do Brasil no site www.licitacoes-e.com.br nº 1015548 até o dia 14 de setembro de 2023 às 13:45h. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico www.alesc.sc.gov.br/licitacoes ou na Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, no 8º, Sala 802 - Centro – Florianópolis/SC.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Oberdan Francisco Ferrari
Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 23.0.000007886-7



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diário da ALESC

Inovador
Moderno
Tudo para facilitar seu acesso

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia